



Prefeitura de
Fortaleza

Cadernos do Observatório da
Governança Municipal de Fortaleza

VOLUME IV



**GOVERNANÇA MUNICIPAL EM
ANÁLISE: UM ESTUDO
DAS ARENINHAS**



PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA
ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

VICE-PREFEITO DE FORTALEZA
MORONI BING TORGAN

SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO
FRANCISCO JOSÉ QUEIROZ MAIA FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
SAMUEL ANTONIO SILVA DIAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
ALCIMOR AGUIAR ROCHA NETO

SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA CIDADÃ - SESEC
ANTÔNIO AZEVEDO VIEIRA FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN
JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO

SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG
PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
ANTONIA DALILA SALDANHA DE FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEINF
ANA MANUELA MARINHO NOGUEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SCSP
JOAO DE AGUIAR PUPO

SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER - SECEL
RICARDO FERREIRA DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE
MOSIAH DE CALDAS TORGAN

SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO E MEIO AMBIENTE - SEUMA
MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ

SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FORTALEZA - SETFOR
ALEXANDRE PEREIRA SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE
À FOME - SETRA
ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SCDH
ELPIDIO NOGUEIRA MOREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE FORTALEZA - SECULTFOR
FRANCISCO EVALDO FERREIRA LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA
- HABITAFOR
SERGIO ROBERTO DA SILVA ROCHA

SECRETARIA REGIONAL I - SER I
GILBERTO COSTA BASTOS

SECRETARIA REGIONAL II - SER II
FERRUCCIO PETRI FEITOSA

SECRETARIA REGIONAL III - SER III
ANTONIO HENRIQUE DA SILVA

SECRETARIA REGIONAL IV - SER IV
FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA

SECRETARIA REGIONAL V - SER V
JOSE RONALDO ROCHA NOGUEIRA

SECRETARIA REGIONAL VI - SER VI
ANTONIO JOSE AGUIAR ALBUQUERQUE

SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO - SERCE
FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE

COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA - COARP
LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO FIGUEIREDO

COORDENADORIA ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
JOÃO BATISTA ARRUDA PONTES

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
MARTA MARIA DO SOCORRO LIMA BARROS GONÇALVES

COORDENADORIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE
JÚLIO BRIZZI NETO

COORDENADORIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO DAS SECRETARIAS REGIONAIS
RENATO CESAR PEREIRA LIMA

COORDENADORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS
PATRICIA MARIA ALENCAR MONTÊIRO DE MACEDO

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE FORTALEZA - CITINOVA
CLAUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA CIDADÃ - FUNCJ
TANIA DE FÁTIMA GURGEL NOBRE

INSTITUTO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS -
IMPARH
FABIO SANTIAGO BRAGA

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA - IPLANFOR
EUDORO WALTER DE SANTANA

AUTARQUIA DE REGULARIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COTROLE DE SERVIÇOS
PÚBLICOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL - ACFOR
HOMERO CALS SILVA

AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA - AGEFIS
MARCELO JORGE BORGES PINHEIRO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO - IPM
VICENTE FERRER AUGUSTO GANÇALVES

INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA - IJF
FRANCISCO WALTER FROTA DE PAIVA

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA - AMC
FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA

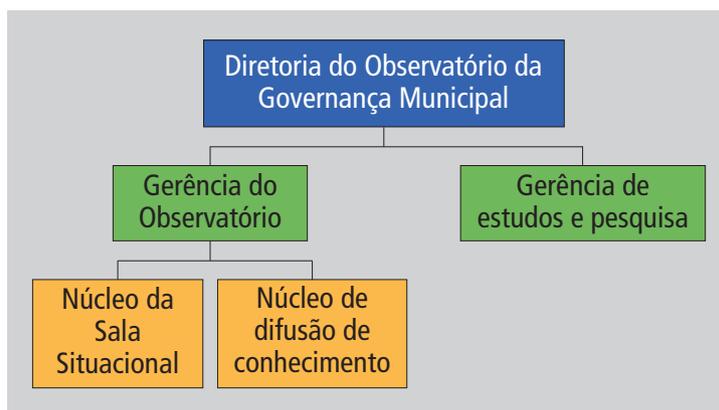
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS - IPEM
ROGERIO DE ALENCAR ARARIPE PINHEIRO

AUTARQUIA DE URBANISMO E PAISAGISMO DE FORTALEZA - URBFOR
REGIS RAFAEL TAVARES DA SILVA

EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DE FORTALEZA - ETUFOR
JOSE DO CARMO GONDIM

COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO - CTC
CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA

ORGANOGRAMA DO OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL



Ficha catalográfica

Cadernos do Observatório da Governança Municipal de Fortaleza / Prefeitura Municipal de Fortaleza. – V.4, n.4, (2017)- . – Fortaleza : IPLANFOR, 2017- .
v. : il. Color. ; 21,5 cm

I. Cadernos do Observatório. 2 Governança Municipal em Análise um Estudo das Areninhas. I. IPLANFOR (Instituto de Planejamento de Fortaleza). II. Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS. III. Título

CDD: 320.6

EXPEDIENTE

EDIÇÕES IPLANFOR
Cadernos do Observatório
da Governança Municipal

Comissão Editorial

Ademar Assaoka
Jorge Washington Laffite
Ellen Garcia

Edição de Arte

Ademar Assaoka
Eduardo Aparício

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR

Rua 25 de março, 268 - Centro
Tel.: (85) 3105-1283
diobs.iplanfor@fortaleza.ce.gov.br

Superintendente

Eudoro Walter de Santana

Superintendente adjunto

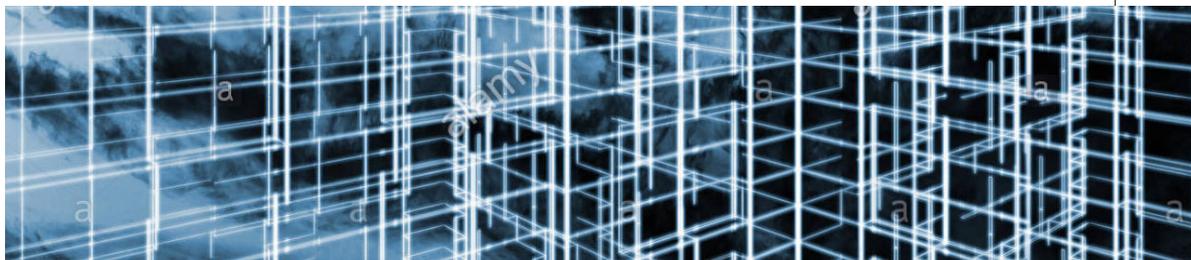
Mário Fracalossi Júnior

Diretores

Ana Cláudia Teixeira
Conceição Cidrack
Jorge Washington Laffite
Lia Parente

Jornalista responsável

Ademar Assaoka
MTb 17.150 SP



ÍNDICE

- 7** Observatório da Governança:
lições aprendidas e perspectivas futuras
- 13** Construindo o olhar do Observatório da Governança
- 19** Considerações do Observatório da Governança Municipal sobre o
Projeto Areninhas
- 39** Nota Sobre o Índice de Sentimento de Pertença
- 43** Preservação da Memória Institucional do Observatório de
Governança Municipal



**Prefeitura de
Fortaleza**



Observatório da Governança: lições aprendidas e perspectivas futuras

JORGE LAFFITTE

Diretor do Observatório
da Governança Municipa

PAULA BESSA BRAZ

Gerente de Estudos e
Pesquisas

O Observatório da Governança vem trilhando, desde sua idealização até suas primeiras experiências propriamente ditas, um caminho bastante singular na Prefeitura Municipal de Fortaleza. De 2013 até o final do ano de 2016, têm sido vários os desafios e as questões que surgem frente ao Observatório e suas propostas de atuação, implicando, por vezes, um novo desenho de atribuições e prioridades, bem como a adoção de estratégias distintas para a produção de conhecimento orientado para a gestão pública municipal. É, portanto, com a intenção de ponderar as atividades que integram esse processo que damos início ao IV volume da publicação Cadernos do Observatório da Governança Municipal, buscando articular as lições aprendidas à própria concepção do Observatório da Governança e seus desdobramentos conceituais.

Originalmente pensado em 2013 com o objetivo de produzir conhecimentos e prover informações para o processo de tomada de decisão do gestor municipal, o Observatório da Governança Municipal elaborou em 2014 o primeiro protótipo da Sala Situacional - um ambiente físico e virtual para acesso de informações confiáveis e atualizadas de cinco Secretarias: Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN), Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e Secretaria da Infraestrutura de Fortaleza (SEINF), uma vez que estas dispunham de bancos de dados mais completos e estruturados.

Dessa forma, como exploramos em artigos anteriores, a Sala Situacional avançou bastante na consolidação de um sistema de informação na Prefeitura Municipal. Ficaram evidentes, entretanto, as grandes diferenças entre as Secretarias e os bancos de dados existentes, tanto em função da ausência de equipamentos de tecnologia de informação, como pela própria fragmentação dos sistemas de informação da Prefeitura. Foi com a intenção de fornecer um sistema de armazenamento de dados para órgãos com menor capacidade operativa que o Observatório desenhou o sistema das Salas Setoriais, que poderiam ser diretamente operacionalizadas pelos usuários de qualquer órgão municipal, como apontam Castro e Lessa (2016, p.23). A articulação desta ferramenta junto às Secretarias era realizada pela Gerência do Observatório, dedicada à identificação, captação, negociação e verificação dos dados dos órgãos municipais para composição de painéis na Sala Situacional.



O AVANÇO ESTÁ NA COMPREENSÃO DE QUE A SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS E POLÍTICAS MUNICIPAIS, BEM COMO O DESENHO DE PERFIS DE USUÁRIOS DESSES SERVIÇOS, SÃO PARTES COMPONENTES DE UM ESTUDO DE GOVERNANÇA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, QUE DEVE SER MAIS AMPLO.

Por ser uma ferramenta única destinada a distintos órgãos da Prefeitura, percebemos que suas funcionalidades devem ser adequadas às demandas específicas de cada órgão, que, com o tempo de uso e de capacitação, foram surgindo. Contudo, vemos de forma bastante salutar que alguns órgãos municipais tenham atentado para a importância de um sistema de informação próprio e apropriado, e tenham buscado constituir seus próprios sistemas.

Nesse sentido, a ferramenta das Salas Setoriais constitui um importante passo para a consolidação dessas atividades. Entendemos que, dessa forma (com bancos de dados já estruturados pelos próprios órgãos), o Observatório possa, de fato, se dedicar à análise e à triangulação dos dados acessados. Para tanto, precisamos antes retomar algumas questões relativas a outro grande eixo do Observatório: a realização de pesquisas aplicadas.

No decorrer do ano de 2015, a Gerência de Estudos e Pesquisas trabalhou concepções metodológicas e propostas temáticas transversais às políticas públicas na cidade de Fortaleza, focando, essencialmente, na perspectiva dos perfis de usuários e sua satisfação com determinados serviços públicos municipais:

O enfoque está em compreender as expectativas e demandas, bem como as dinâmicas sociais dos sujeitos que usam os serviços municipais, conhecer seus níveis de satisfação e, com esses dados, contribuir para a efetividade e a qualidade dos serviços. (LIMA, 2015, p. 32)

Para além das proposições temáticas (relativas aos estudos sobre Classe C e Bem-Estar), o Observatório dedicou-se a duas experiências de pesquisa-piloto: a pesquisa Converse Conosco, realizada junto à Ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), a partir de uma experiência de “ouvidoria ativa” (LIMA, 2016); e a pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Terminais de Ônibus de Fortaleza, cuja primeira etapa consistiu na realização de grupos focais com profissionais dos sete terminais fechados em Fortaleza, com o objetivo de levantar questões e hipóteses a respeito desses espaços (SARAIVA, 2016).

Em julho de 2016, contudo, o Observatório deu um segundo passo na concepção de suas pesquisas ao ampliar a sua visão para a governança de projetos e/ou políticas da Prefeitura. O avanço está na compreensão de que a satisfação com os serviços e políticas municipais, bem como o desenho de perfis de usuários desses serviços, são partes componentes de um estudo de governança de políticas públicas, que deve ser mais amplo. Isto é: ao se debruçar sobre uma política, projeto ou serviço da Prefeitura, o Observatório deve pensar também nas suas articulações intersetoriais, na sua gestão, nas redes estabelecidas para seu êxito, nas formas de apropriação dos diretamente envolvidos (usuários, profissionais e população adjacente) e nas negociações engendradas no interior do seu funcionamento. Em resumo,

Entendemos que a governança não é apenas a boa gestão dos assuntos públicos, mas que implica o desenvolvimento de redes e de normas formais



SE COMPREENDEREMOS QUE O OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA TEM COMO OBJETIVO SUBSIDIAR MELHORIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIDADE ATRAVÉS DA TRIANGULAÇÃO DE DADOS (PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS, INTERNOS E EXTERNOS À PMF), ENTENDEREMOS TAMBÉM QUE A FERRAMENTA DA SALA SITUACIONAL DEVE ESTAR APROPRIADA PARA O MANEJO DESSE TIPO DE CONTEÚDO

e informais, explícitas e implícitas, isto é, a definição de um marco institucional à luz do qual se estabelece quem são os atores relevantes, quais os canais, com quais recursos e de que maneira estes se posicionam e se relacionam uns com os outros. Nesse sentido, a governança tem duas dimensões: (a) uma dimensão estrutural que faz referência aos arranjos institucionais existentes em uma sociedade e (b) uma dimensão dinâmica, ou de processo, que se refere às ações dos atores que podem afetar a dimensão institucional. (ROJAS; LONDON, 2015. p. 4)

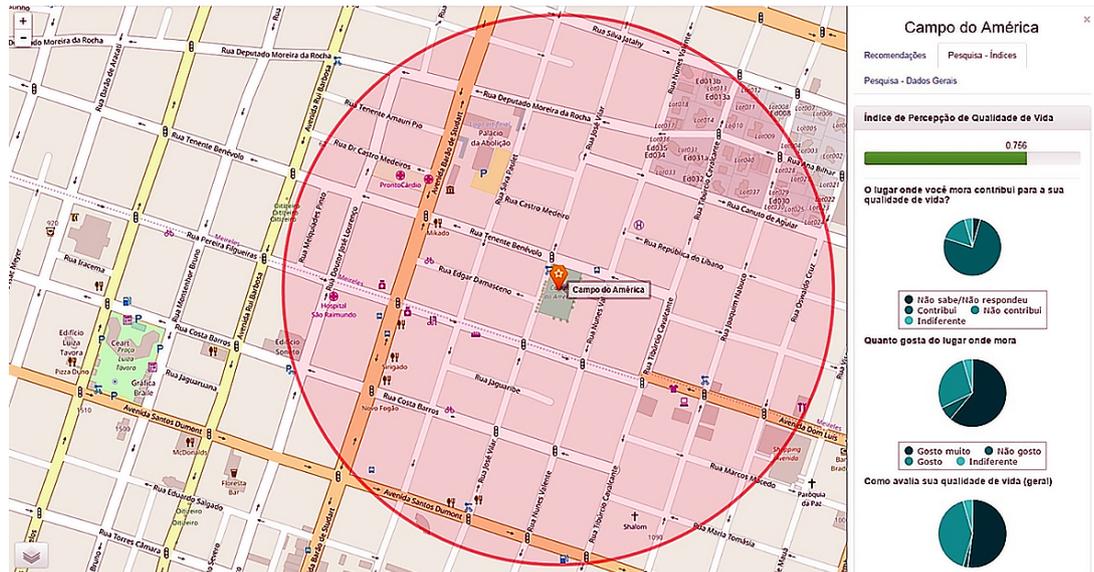
É sob este ponto de vista que o Observatório da Governança Municipal deu início, em meados de 2016, a um protótipo de pesquisa voltado para o projeto das Areninhas. Essa experiência e seus resultados serão melhor explorados nos artigos subsequentes; aqui, na realidade, interessa-nos seus desdobramentos para estruturação do Observatório.

Isto porque a elaboração de um protótipo de análise de governança implica mudanças não só conceituais, mas também operacionais. Ao realizarmos um balanço dos trajetos percorridos e das atividades desenvolvidas pelo Observatório para que chegássemos a este ponto, percebemos a importância de cada escolha tomada, mas reconhecemos, também, reestruturações necessárias para que sigamos. Estas reestruturações passam tanto pela composição e organização da equipe como pela reformulação da Sala Situacional.

Se compreendermos que o Observatório da Governança tem como objetivo subsidiar melhorias nas políticas públicas para a cidade através da triangulação de dados (primários e secundários, internos e externos à PMF), entenderemos também que a ferramenta da Sala Situacional deve estar apropriada para o manejo desse tipo de conteúdo: os grandes dados oriundos das Secretarias devem construir o pano de fundo da Sala Situacional para a triangulação com outros dados, junto a dados secundários externos. A ferramenta, entretanto, deve **priorizar as análises e recomendações** produzidas através dessa triangulação para, a partir destas, explorar os dados que subsidiam as proposições apresentadas.

Para tanto, é imprescindível que a Sala Situacional possa contemplar dados de caráter qualitativo na visualização de conteúdos - tais como citações extraídas de grupos focais realizados, inferências obtidas a partir de cruzamentos ou análises, e as próprias recomendações produzidas pela equipe.

Reformulação da Sala Situacional



ISTO QUER DIZER QUE APENAS A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ATIVIDADES REALIZADAS NAS DUAS GERÊNCIAS, COM UMA MESMA ORIENTAÇÃO TEMÁTICA, RESULTA NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO ESTRATÉGICO E INOVADOR PARA A CIDADE

Dessa forma, o conteúdo a ser acessado passa a ter um direcionamento temático estratégico, relativo especificamente à política, projeto ou serviço pesquisado. No fluxo de atividades do Observatório, esse direcionamento estratégico está associado à interação entre as duas gerências - Gerência do Observatório (GEOBS) e Gerência de Estudos e Pesquisas (GESPE) - para a elaboração dos produtos finais. Isto quer dizer que apenas a articulação entre as atividades realizadas nas duas gerências, com uma mesma orientação temática, resulta na produção de conteúdo estratégico e inovador para a cidade. De um lado, tem-se a captação de dados das secretarias e órgãos municipais e o desenho das visualizações em sala situacional (GEOBS); de outro, tem-se a realização de pesquisas e produção de dados primários (GESPE). A articulação entre essas atividades traduz-se, portanto, na ideia da triangulação, considerando também dados secundários externos disponíveis. No diagrama abaixo, ilustramos essa dinâmica:





Os produtos oriundos das atividades do Observatório possuem naturezas distintas. Enquanto a Sala Situacional é orientada para o gestor municipal e demais gestores de órgãos municipais envolvidos, a revista Cadernos do Observatório e os seminários devolutivos são de caráter público. Os artigos e ensaios publicados na revista buscam tanto documentar como discutir atividades em andamento e experiências com pesquisas e bancos de dados, explorando sua fundamentação teórica e conceitual. Os seminários devolutivos, por sua vez, caracterizam um retorno dos resultados obtidos na pesquisa àqueles que participaram e contribuíram para sua realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UN-HABITAT & CAMPAIGN SECRETARIAT. Concept paper: Global Campaign on Urban Governance. 2 ed. Nova York: UN- HABITAT, 2002.

LIMA, João Miguel. Minha Cidade, Meus Serviços: Conceitos e temáticas. Cadernos do Observatório da Governança Municipal de Fortaleza, v. I, 2015, p. 29-36.

CASTRO, Daniel; LESSA, Maria das Graças. Governança de dados para a governança urbana: Sala Situacional e Rede de Salas Setoriais. Cadernos do Observatório da Governança Municipal de Fortaleza, v. II, 2016, p. 23-29.



Construindo o olhar do Observatório da Governança

MAÍRA LANDULPHO
Gerente do Observatório da Governança

O Observatório da Governança Municipal é o organismo da prefeitura que se propõe a transformar Fortaleza em uma cidade justa, inclusiva e acolhedora por meio de uma gestão pública mais eficaz. Situado em posição estratégica dentro do organograma da prefeitura, ele produz conhecimentos para o gestor: faz a triangulação entre dados produzidos pelo secretariado, dados secundários produzidos por outras fontes (IBGE, ONU, IPEA, Assembleia Legislativa do Ceará, etc.) e dados primários, qualitativos e quantitativos, coletados em campo pela própria equipe do Observatório ou coletados por consultorias contratadas.

Assim, as pesquisas realizadas pelo Observatório devem levantar questões que possam orientar as tomadas de decisão do(a) prefeito(a) no sentido de melhorar a governança¹ das políticas públicas municipais: de que forma as diversas secretarias e órgãos da prefeitura compartilham concepções, articulam ações e dividem competências nos projetos e programas intersetoriais? De que maneiras se integram, em campo, as diferentes políticas públicas? De que maneira o monitoramento e avaliação de políticas intersetoriais retroalimenta as ações da prefeitura? Como as secretarias e órgãos da prefeitura apreendem, conciliam e respondem aos interesses manifestos e latentes da sociedade? Como se articulam as estruturas já existentes nos territórios, formais e informais, com aquelas propostas pelas políticas municipais?

Para responder a tais questionamentos, ao longo dos seus quase três anos de existência, o Observatório conseguiu consolidar uma série de práticas de pesquisa de campo e uma rede de bancos de dados setoriais relevante. Em 2016, com o objetivo de dar um passo importante na consolidação do olhar do Observatório sobre a governança municipal, optou-se pelo desenvolvimento de um protótipo de análise de governança, triangulando dados oriundos das secretarias, dados externos à gestão e aqueles coletados em campo.

O PROTÓTIPO

A definição de um protótipo de análise da governança deveria cumprir alguns critérios definidos pela equipe do Observatório que levavam em consideração o contexto

1) O Observatório se apoia no conceito de governança definido pela UN-HABITAT explicitado mais adiante no artigo.



O OBSERVATÓRIO ENTENDE A GOVERNANÇA COMO SENDO “(...) O SOMATÓRIO DAS MUITAS MANEIRAS COM QUE INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PLANEJAM E MANEJAM ASSUNTOS COMUNS DA CIDADE”

político-institucional pelo qual passava a cidade de Fortaleza em julho de 2016: as restrições legais referentes ao conteúdo da consulta à população em período pré-eleitoral foram determinantes. Ademais, havia a necessidade de estudar um tema que fosse de relevância para a população e para a própria gestão municipal. Esse tema deveria ser ao mesmo tempo intersetorial, para que a questão da governança pudesse ser estudada na sua complexidade, e ser suficientemente delimitado para que a equipe do Observatório desse conta de apreender suas diversas dimensões em curto prazo.

A escolha pelo estudo da governança do projeto Areninhas atendia aos critérios levantados pela equipe além de possuir outros aspectos relevantes:

1. Forte componente de participação social: o equipamento é administrado por Conselhos Gestores compostos por membros da prefeitura e das comunidades circunvizinhas.
2. Bem delimitado espacialmente: permitiu a definição de uma amostra populacional diversificada e representativa.
3. Envolve a construção/reforma de estruturas duráveis: nesse sentido, o impacto da intervenção da prefeitura poderá ser analisado também no longo prazo.

O Observatório entende a governança como sendo “(...) o somatório das muitas maneiras com que indivíduos e instituições públicas e privadas planejam e manejam assuntos comuns da cidade. É um processo contínuo que acomoda interesses conflitantes e diversos, a partir do qual uma ação cooperativa pode ser tomada. Essa ação inclui tanto entidades formais como acordos informais e o capital social dos cidadãos”², nesse sentido, estudar a governança do projeto das Areninhas pressupunha tratar de questões como: Como se dá a divisão de tarefas entre os envolvidos no projeto Areninhas (internamente e externamente à prefeitura)? Como se articulam as relações entre o poder público e a comunidade? Como ocorre a mediação de interesses e a resolução de conflitos? Qual o nível de integração entre as políticas relacionadas?

METODOLOGIA

Para tratar das questões relativas à governança das Areninhas, a partir das opções teóricas do Observatório, foram analisadas uma série de referências. Dentre elas, duas serviram de base para a definição da metodologia que adotamos para o protótipo: o Guia para Medição da Governança Local, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³ e o Referencial para Análise de Governança em Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União (TCU)⁴.

O referencial disponibilizado pelo TCU foi utilizado fundamentalmente para subsidiar a análise dos aspectos formais do projeto Areninhas. A partir dele, conseguimos estabe-

2) UN-HABITAT & CAMPAIGN SECRETARIAT, 2002

3) United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, User's Guide to Measuring Local Governance, Oslo: UNDP, 2009. Disponível em http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/local_governance/a-users-guide-to-measuring-local-governance-.html

4) BRASIL, Tribunal de Contas da União, Referencial para análise de governança de políticas públicas Brasília: TCU, 2014. Disponível em <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/home/>



EM CONSEQUÊNCIA, A EQUIPE DO OBSERVATÓRIO RECORREU AO GUIA PARA MEDIÇÃO DE GOVERNANÇA LOCAL DO PNUD. NELE SÃO DISPONIBILIZADOS UMA SÉRIE DE FERRAMENTAS METODOLÓGICAS, UTILIZADAS POR CIDADES DOS CINCO CONTINENTES, PARA ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS, GOVERNOS, PROCESSOS, ETC

lecer cinco critérios para a avaliação do nível de institucionalização de uma política pública. São eles: 1) A definição de objetivos de curto, médio e longo prazos; 2) A escolha de indicadores e a previsão da disponibilidade de dados confiáveis e relevantes para dar suporte aos relatórios de desempenho; 3) A elaboração de uma matriz de atribuições e responsabilidades para todos os stakeholders; 4) A realização de um marco zero que permita o diagnóstico do contexto socioeconômico e ambiental anterior à intervenção e; 5) A definição orçamentária contendo identificação e provisão de recursos humanos, financeiros e tecnológicos para implantação e operação.

Como podemos ver, os cinco critérios inspirados pelo referencial do TCU são res- tritos ao ambiente interno da prefeitura (ou de outro órgão executivo). Essencialmente ligados à fase de planejamento, esses critérios podem servir para análise de documentos programáticos, leis, discursos públicos e etc. No entanto, se retomarmos o conceito de governança adotado pelo Observatório, percebemos que há necessidade de identificar e analisar outros aspectos, tácitos e explícitos, para uma análise de governança em toda sua complexidade.

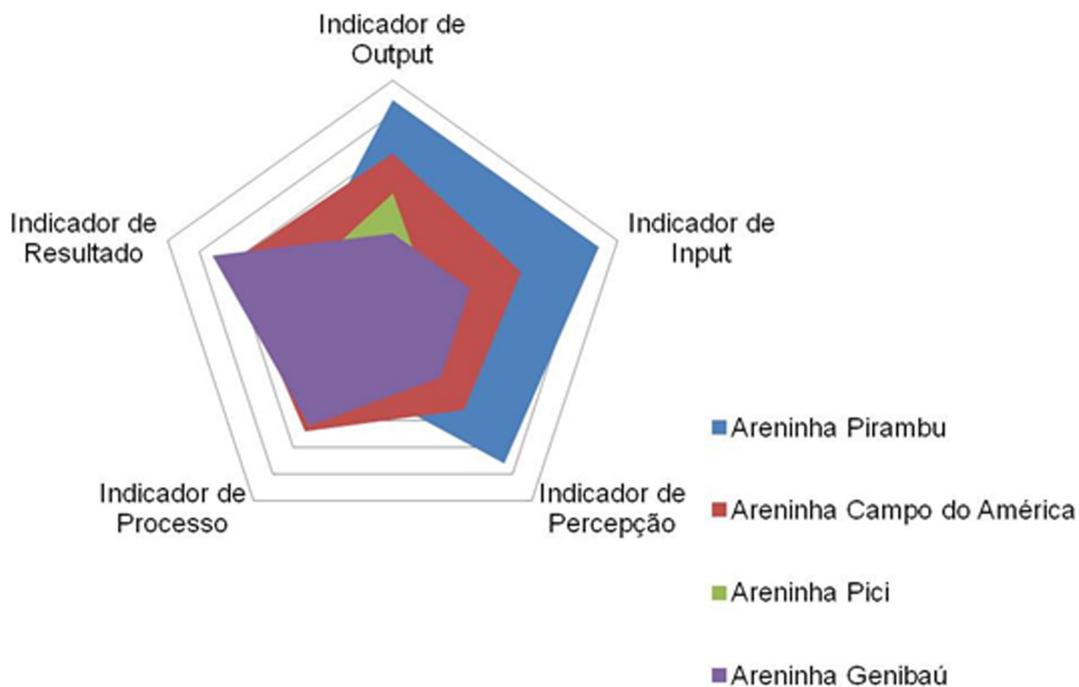
Em consequência, a equipe do Observatório recorreu ao Guia para Medição de Go- vernança Local do PNUD. Nele são disponibilizados uma série de ferramentas metodo- lógicas, utilizadas por cidades dos cinco continentes, para analisar políticas públicas, governos, processos, etc. As mais de vinte ferramentas apresentadas pelo PNUD podem ser contempladas em cinco tipos de indicadores:

- Indicadores de Input: medem recursos humanos, financeiros e materiais empregados no projeto.
- Indicadores de Output: medem elementos externos visíveis, como equipamentos construídos, bens adquiridos, eventos realizados, instalações, etc.
- Indicadores de processo: medem o planejamento da ação, os procedimentos e mecanismos de implementação (participação, transparência, equidade, etc.)
- Indicadores de percepção: opinião dos cidadãos sobre diversos temas (satisfação com serviços, transparência, equidade, etc.)
- Indicadores de resultado e de impacto: análise da realização de objetivos a longo prazo, ou de benefícios oriundos do processo.

Atribuindo valores proporcionais a cada um desses indicadores, seria possível estabe- lecer um gráfico de radar referente à governança das políticas públicas estudadas:



A PARTIR DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS PROGRAMÁTICOS, DADOS DE EXECUÇÃO E OPERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PESQUISAS DE PERCEPÇÃO COM OS USUÁRIOS E GESTORES, COMBINADOS POR MEIO DOS INDICADORES SUPRACITADOS, A EQUIPE DO OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA ELABORA RECOMENDAÇÕES PARA O(A) PREFEITO(A) E PARA O GESTOR DIRETO DA POLÍTICA EM QUESTÃO (SECRETÁRIO). AS RECOMENDAÇÕES SÃO O PRODUTO PRIMORDIAL DO OBSERVATÓRIO.



O PRODUTO

A partir da análise de documentos programáticos, dados de execução e operação das políticas públicas e pesquisas de percepção com os usuários e gestores, combinados por meio dos indicadores supracitados, a equipe do Observatório da Governança elabora recomendações para o(a) prefeito(a) e para o gestor direto da política em questão (secretário). As recomendações são o produto primordial do Observatório.

O banco de dados constituído por meio das pesquisas de percepção é adicionado aos dados dinâmicos presentes no data center da Sala Situacional do Observatório⁵. Desta forma, criamos uma visualização das recomendações elaboradas pela equipe de maneira que os dados que as subsidiam, sejam eles primários ou secundários, qualitativos ou quantitativos, fiquem à disposição do gestor e de futuras análises. O estabelecimento de correlações e possivelmente de cruzamentos entre os dados dinâmicos, oriundos dos sistemas setoriais, e os dados estáticos, oriundos das pesquisas de percepção, favorecem a elaboração de análises de risco e de análises preditivas. Fazer recomendações baseadas em evidências (evidence-based policies) para a melhoria de políticas públicas municipais de Fortaleza é a maneira do Observatório da Governança contribuir para uma cidade justa, inclusiva e acolhedora.

5) Para maiores informações sobre o funcionamento da Sala Situacional do Observatório da Governança ver artigo de CASTRO e LESSA, 2016 publicado no segundo volume dos Cadernos do Observatório

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Tribunal de Contas da União, Referencial para análise de governança de políticas públicas Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/home/>

CASTRO, Daniel e LESSA, Maria das Graças G. Governança de dados para governança urbana: Sala Situacional e Rede de Salas Setoriais In Cadernos do Observatório vol. 2 Fortaleza: IPLANFOR, 2016.

UN-HABITAT & CAMPAIGN SECRETARIAT. Concept paper: Global Campaign on Urban Governance. 2 ed. Nova York: UN- HABITAT, 2002.

United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, User's Guide to Measuring Local Governance, Oslo: UNDP, 2009. Disponível em: http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/local_governance/a-users-guide-to-measuring-local-governance-.html

[//www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/local_governance/a-users-guide-to-measuring-local-governance-.html](http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/local_governance/a-users-guide-to-measuring-local-governance-.html)





Considerações do Observatório da Governança Municipal sobre o Projeto Areninhas

ELLEN GARCIA DA SILVEIRA
Socióloga

LARA VIRGÍNIA SARAIVA
Antropóloga

MAÍRA LANDULPHO
Gerente do Observatório da Governança

MARIA DAS GRAÇAS LESSA
Chefe do Núcleo da Sala Situacional

INTRODUÇÃO

O Observatório da Governança Municipal desenvolve seus projetos na perspectiva de produzir conhecimentos que orientem o gestor municipal a tomar decisões para a boa governança. Nesse sentido, faz-se necessária a realização de estudos e pesquisas que possam gerar dados qualificados relativos às políticas, aos programas e aos serviços que a prefeitura desenvolve para a população a fim de conhecer como estão chegando até seus usuários, quais os setores da gestão municipal estão envolvidos para a concretização dessas ações, além de conhecer a percepção dos usuários sobre tais ações.

O entendimento do Observatório é que uma consulta dessa natureza à população possibilita a construção de uma visão mais holística sobre a governança das políticas, equipamentos e serviços públicos. A análise de indicadores de percepção dos cidadãos, junto à análise de indicadores de output, de input, de processos e de resultados, compõem uma metodologia de estudo e medição da governança em adequação com normas e indicações de padrão internacional. Com esse objetivo, foi elaborado um protótipo de pesquisa, voltado para o projeto Areninhas, numa primeira tentativa de triangular dados para inferir recomendações aos gestores no sentido da melhoria da governança desse equipamento.

1. A PESQUISA

A pesquisa foi idealizada em duas etapas, sendo a primeira de abordagem quantitativa e a segunda de abordagem qualitativa. Para a primeira etapa, foi elaborado um questionário composto por cinquenta e oito questões distribuídas em cinco blocos: a) identificação do(a) entrevistado(a); b) sentimento de pertencimento ao local onde o entrevistado mora; c) acolhimento da cidade de Fortaleza; d) Areninhas e; e) disponibilidade de participação nos grupos focais.

A segunda etapa consistiu na realização de grupos focais com o objetivo de aprofundar questões levantadas pelos entrevistados da primeira fase da pesquisa. Para tanto, foi elaborado um roteiro dividido em quatro blocos: I) Participação e processo eleitoral;

II) Relações e sociabilidades; III) Administração e uso do equipamento Areninhas e; IV) Segurança e conciliação de conflitos.

1.1 Aplicação de Questionários

Para a primeira etapa da pesquisa a equipe do Observatório realizou aplicação de 373 questionários no período de 16 a 30 de agosto/2016. A amostra foi elaborada com base na densidade populacional de habitante/km² correspondente a um raio de 0,5 km a partir do local onde a Areninha escolhida estava instalada¹. Com conhecimento da densidade populacional da área considerou-se a margem de erro de 5%, heterogeneidade de 50%, nível de confiança 95% e foi aplicada a seguinte fórmula:

$$n = \left(z \cdot \frac{\sigma}{e} \right)^2$$

Dessa forma, foram alocadas cinco pesquisadoras de campo para a realização desta etapa da pesquisa que compreendeu a aplicação de forma aleatória dos questionários no entorno das quatro Areninhas selecionadas.

Para a escolha das quatro Areninhas, a equipe estabeleceu alguns critérios:

a) **Areninhas mais e menos antigas** - para este critério levou-se em consideração o tempo de instalação do equipamento no bairro;

b) **distribuição espacial** - procurou-se escolher uma Areninha para cada Secretaria Executiva Regional (SER) diferente. Tendo em vista o número limitado da equipe e também o tempo previsto para a entrega dos resultados, foram escolhidos equipamentos localizados nas SER I, II, III e V, sendo Areninha Pirambu na SER I, Areninha Campo do América (Meireles) na SER II, Areninha Pici na SER III e Areninha Genibaú na SER V;

c) **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais e menos elevado (por bairro)**. Vale ressaltar que o Meireles, bairro onde está localizada a comunidade do Campo do América, encontra-se na área nobre da cidade de Fortaleza, possuindo IDH comparável a países em alto grau de desenvolvimento, como a Noruega (primeiro colocado no ranking do IDH)². Entretanto, a comunidade do Campo do América possui uma realidade social discrepante com o restante do bairro, onde os níveis de escolaridade, renda e saúde são bastante inferiores aos do Meireles. Ainda assim, a comunidade mantém uma posição relativamente privilegiada em relação às demais Areninhas estudadas no que se refere às infraestruturas urbanas, ao acesso a serviços públicos, à proximidade das regiões de maior estoque de empregos e etc. Observa-se que a área em que os

1) O raio de 0,5 Km para definição do universo da pesquisa corresponde aproximadamente, em área, à poligonal definida pela Secretaria de Esporte e Lazer (SECEL), em parceria com os moradores, para determinar quem pode participar das eleições dos conselhos gestores de cada Areninha.

2) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (IDH/PNUD, 2016).



DESSA FORMA, FORAM ALOCADAS CINCO PESQUISADORAS DE CAMPO PARA A REALIZAÇÃO DESTA ETAPA DA PESQUISA QUE COMPREENDEU A APLICAÇÃO DE FORMA ALEATÓRIA DOS QUESTIONÁRIOS NO ENTORNO DAS QUATRO ARENINHAS SELECIONADAS



GRUPO FOCAL É UMA TÉCNICA DE COLETA DE DADOS, DE CUNHO QUALITATIVO, QUE DERIVADA DE ENTREVISTAS GRUPAIS, NAS QUAIS SE OBSERVAM AS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO GRUPAL

questionários foram aplicados (um raio de alcance de 0,5 km a partir da Areninha do Campo do América) inclui as duas realidades distintas presentes no Meireles: a que reflete um IDH semelhante à de países do primeiro mundo e a realidade da comunidade do Campo do América. Tais particularidades que se refletem na diversidade de perfis de entrevistados devem ser consideradas nas análises dos resultados específicos dessa Areninha.

1.2 Grupos Focais

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a realização de quatro grupos focais com os integrantes do Conselho Gestor Comunitário de cada uma das Areninhas selecionadas. Conforme estabelecido em seu Regimento Interno, o Conselho Gestor Comunitário das Areninhas³, é um órgão colegiado, deliberativo, consultivo e fiscalizador com o objetivo de auxiliar na organização e conservação do equipamento. Uma vez que a pesquisa busca compreender como se dá a governança do Projeto, os Conselhos Gestores foram identificados como órgãos privilegiados para análise da relação entre prefeitura e comunidade.

Grupo focal é uma técnica de coleta de dados, de cunho qualitativo, que derivada de entrevistas grupais, nas quais se observam as características do processo grupal (MORGAN, 1997 Apud TRAD, 2009). Essa técnica proporciona uma discussão estruturada para obter informações relevantes de um grupo de pessoas, sobre uma temática específica. Os grupos focais com os Conselhos Gestores das Areninhas estudadas foram conduzidos por um mediador e contaram com um relator. A partir da sensibilidade etnográfica dos pesquisadores, foi possível também recolher impressões sobre os sentimentos, valores e ideias dos grupos selecionados, sem a necessidade e preocupação de obter um consenso entre determinada opinião.

A técnica de grupos focais é utilizada com bastante frequência nas pesquisas sociais e pode ser adotada para diversos objetivos, dentre eles, como uma técnica complementar em pesquisas quantitativas (MERTON, FISK e KENDALL, 1990 Apud TRAD, 2009). Assim, os grupos focais foram realizados após a fase de aplicação do questionário com o objetivo de aprofundar questões que apareceram tanto nas respostas advindas do instrumental quantitativo quanto das observações realizadas pelas pesquisadoras durante o trabalho de campo.

Com o propósito de desenvolver e refinar o alcance da pesquisa, os grupos focais realizados nos forneceram insumos qualitativos para as análises tanto dos dados coletados em questionário quanto dos elementos subjetivos que não foram alcançados por este.

2. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram sistematizados tomando como base os temas identificados na elaboração do instrumental e também as análises dos dados coletados. Cada uma das 58 questões do questionário foi analisada de forma independente mas optou-se por também sistematizá-las na forma de índices. Assim, com base na litera-

3) A equipe da pesquisa obteve acesso ao Regimento Interno através da Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza - SECEL.

tura sobre cada uma das temáticas levantadas, foram elaborados índices que refletem a percepção dos entrevistados. São eles: índice de participação, índice de organização territorial, índice de percepção de qualidade de vida, índice de sensação de segurança e índice de sentimento de pertença.

Outras questões foram agrupadas sob a forma de blocos analíticos como é o caso do perfil dos entrevistados e da temática do lazer.

2.1 Identificação ou Perfil dos Entrevistados

A seguir, explicitamos o perfil da população entrevistada durante a pesquisa das Areninhas. A apresentação do perfil dos entrevistados é relevante para compreendermos qual população está impactada, direta ou indiretamente, pelo projeto das Areninhas, assim como a capilaridade das ações da executadas no equipamento.

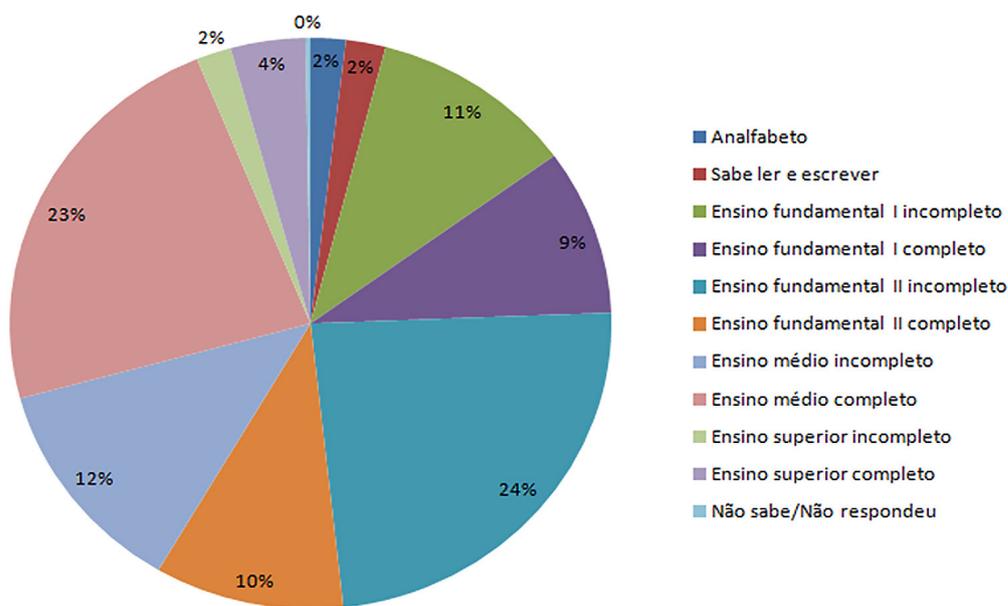
Quanto ao gênero das pessoas que responderam a pesquisa, 58% são do gênero masculino e 42% feminino.

No tocante à cor/etnia, a equipe considerou a autodeclaração dos entrevistados e, conforme as respostas, 68% dos respondentes se autodeclararam pardos(as), 16% brancos(as) e 15% negros(as). As opções indígena, amarela e outra somaram 5% e as pessoas que não souberam/não responderam correspondeu a 2% do total de entrevistados.

Referente à escolaridade, 23% dos respondentes declararam ter concluído o ensino médio e 4% concluíram o ensino superior. Ainda 24% corresponde ao total de pessoas que têm o ensino fundamental II incompleto, o que podemos levar em consideração o fato de termos entrevistado crianças e jovens dentro de uma faixa etária para esse nível



Gráfico 1 - Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.



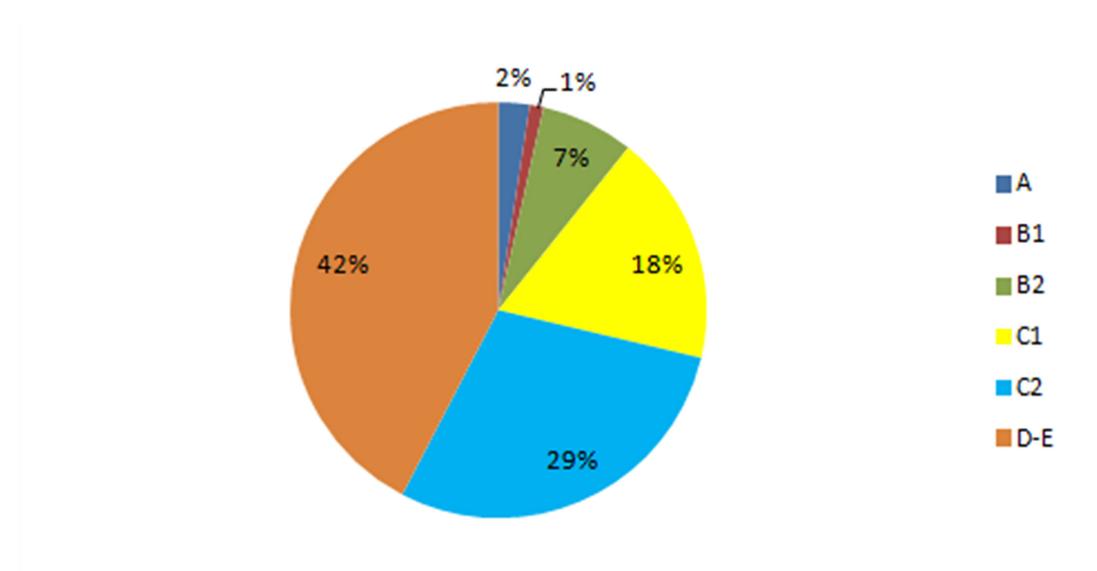
de escolaridade. Importante registrar também que 4% dos entrevistados declararam ser analfabetos ou apenas saber ler e escrever⁴. Os demais percentuais podem ser observados no Gráfico 1.

Em relação à renda familiar os percentuais mais representativos foram 38% dos respondentes que declararam receber até 1 salário mínimo, 38% também declararam que a renda da família é entre de 1 a 3 salários mínimos, 13% não sabiam ou não responderam e 8% declararam que a renda familiar é de 3 a 5 salários mínimos.

Para conhecer as classes socioeconômicas em que os entrevistados estão distribuídos, a equipe do Observatório utilizou questões do instrumento do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) - Critério Brasil⁵. Dessa forma a distribuição das classes relativas ao público entrevistado no total das quatro Areninhas se apresenta no Gráfico 2.

Além das questões sobre renda familiar e classes sociais, foi contemplada também uma questão sobre o programa de transferência de renda do Governo Federal, Bolsa

Gráfico 2 - Classe Socioeconômicas dos entrevistados



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

4) "Saber ler e escrever" foi uma das opções incluídas na parte de escolaridade do instrumental em questão. Até a metade do século XX, a escrita do nome era o principal critério para considerar uma pessoa analfabeta ou não. Entretanto, por exigência da Unesco, o critério mudou a partir de meados de 1950, passando a ser considerada analfabeta quem não saberia ler e escrever um bilhete simples no idioma que utiliza (SPERRHAKE; TRAVERSINI, 2012). No entanto, vale ressaltar que esse critério não esteve presente no questionário do Censo de 2010, mas tal opção já consta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), aplicada trimestralmente pelo próprio IBGE, na parte intitulada "Características de Educação das Pessoas de 5 anos ou mais de idade". A equipe que elaborou o instrumental considerou válida a inclusão da opção por entender que é um critério diferenciador entre pessoas que receberam algum tipo de instrução formal e àquelas que não foram escolarizadas.

5) Metodologia utilizada desde 2015 em pesquisas da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Os sistemas de pontos utilizados para a classificação se baseia em itens como cômodos da residência, tipos de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, quantidade de veículos automotores, escolaridade, renda, disposição de serviços públicos como água e pavimentação. O material sobre o Critério Brasil está Disponível em: < <http://www.abep.org/criterio-brasil>>.



A TAXA DE DESEMPREGADOS DOS ENTREVISTADOS DA PESQUISA DAS ARENINHAS (18%) É BASTANTE ELEVADA EM COMPARAÇÃO AOS DADOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO - PED (...) QUE APONTAM A TAXA DE DESEMPREGO EM FORTALEZA ERA DE 12,2% EM AGOSTO DE 2016

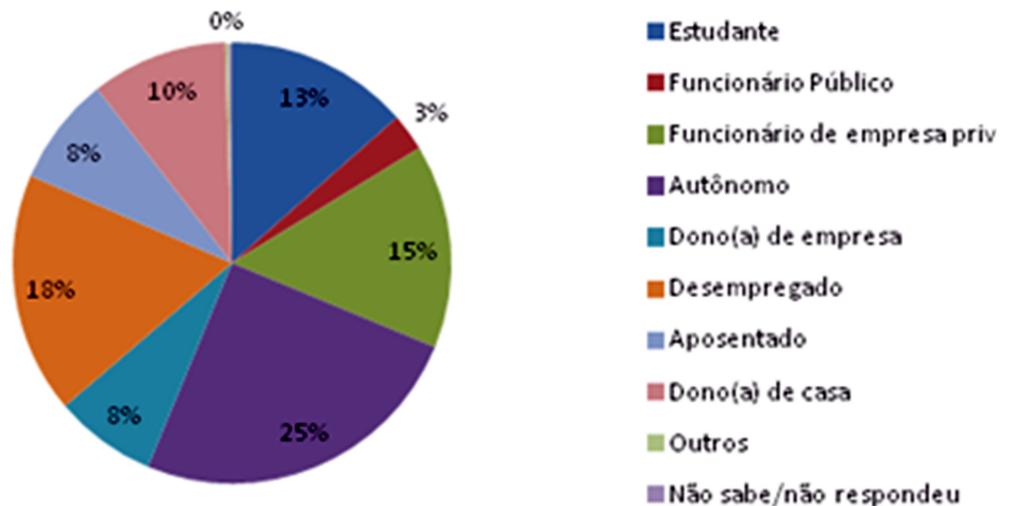
Família, com a finalidade de conhecer o público pesquisado em relação ao atendimento dessa política. Assim 36% das pessoas entrevistadas na pesquisa responderam que a família é atendida pelo Programa, 63% declararam não ser atendidas e 2% não souberam ou não responderam. Importante ressaltar que, durante aplicação do questionário, alguns dos entrevistados ao serem perguntados se recebiam o auxílio do Programa Bolsa Família fizeram menção que já foram atendidos com benefício anteriormente, mas pararam de receber. Apesar dessa informação não ser de natureza quantitativa, pois surgiu a partir de comentários à pergunta, vimos a necessidade de fazer o registro para ilustrar o nível de vulnerabilidade social dos entrevistados. Uma das hipóteses para explicar a quantidade de testemunhos desse tipo é que o recadastramento do Bolsa Família acontece de dois em dois anos e a continuidade do benefício está condicionada a alguns critérios ligados à renda, saúde e educação⁶, e esse recadastramento das pessoas entrevistadas pode ter ocorrido em período imediatamente anterior à pesquisa. Outra hipótese advém do fato de que, no momento em que a pesquisa foi realizada, o governo federal fazia uma série de reajustes que levaram a cortes significativos dos beneficiários do Programa Bolsa Família. De qualquer forma, pode-se dizer que a população que constitui o universo da nossa pesquisa encontra-se em níveis significativos de vulnerabilidade social, no limiar das faixas assistidas pelo Estado.

Quanto à ocupação dos entrevistados, conforme se pode observar no Gráfico 3 a seguir, 25% declaram ser autônomos (a equipe considerou como autônomo as pessoas que afirmaram contribuir como autônomo para a previdência social), 18% declararam estar desempregados, 15% se identificaram como trabalhadores de empresas privadas, 13% estudantes e 10% se reconheceram como dono (a) de casa. A ocupação “dono (a) de empresa” apareceu como 8%, contudo a equipe considerou essa categoria como sendo a pessoa dono de um empreendimento com ou sem CNPJ. Dessa forma, um pequeno negócio como uma venda na própria residência, foi considerado pela equipe como empresa, sendo em seguida especificado se possui ou não formalização.

A taxa de desempregados dos entrevistados da pesquisa das Areninhas (18%) é bastante elevada em comparação aos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, que apontam a taxa de desemprego em Fortaleza era de 12,2% em agosto de 2016. Atribuímos essa taxa elevada de desempregados da pesquisa em parte ao fato da aplicação dos questionários ter ocorrido em horário comercial (08:00 às 17:00), o que impossibilitou parte da população empregada dos bairros participarem da pesquisa. Em parte também por se tratarem de regiões da cidade de grande vulnerabilidade social.

6) As condicionalidades referentes à educação que dependem da família com crianças e adolescente é realizar a matrícula, garantir 85% de carga horária mensal do ano letivo (apresentando justificativa à escola quando o aluno necessitar se ausentar), além de informar mudança de escola. Referente à saúde, gestantes e nutrizas devem ser inscritas no pré-natal. Os responsáveis por menores de sete anos, fazer o acompanhamento nutricional e de vacinação nas unidades de saúde. Informações disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em 09 dez. 2016.

Gráfico 3 - Ocupação funcional dos entrevistados



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

2.2 Índice de Percepção de Qualidade de Vida

O estudo empírico, sobre a percepção da qualidade de vida de uma população, ajuda compreender aspectos que influenciam nas formas de ser e estar em um determinado lugar. Do ponto de vista de uma gestão municipal, possibilita planejamento de estratégias de melhoria de vida para os habitantes da cidade.

O termo qualidade de vida começou a ser discutido nos Estados Unidos na década de 1960, enquanto indicador importante para plataforma política tendo como princípio garantir à população estruturas sociais que lhe permitisse alcançar a felicidade. (PEREIRA, TEIXEIRA e SANTOS, 2012, p. 242).

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 10) o conceito de qualidade de vida é polissêmico tendo em vista que, de um lado, estabelece relação com o modo, as condições e o estilo de vida das pessoas, mas de outro, também está relacionado com o campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. Para esses autores, a qualidade de vida é uma representação social estabelecida a partir de critérios subjetivos como bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal, e também critérios objetivos como o atendimento de necessidades básicas e das necessidades geradas a partir do desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade.

Nesse sentido, na construção desse índice, procuramos avaliar o sentimento do entrevistado sobre sua qualidade de vida a partir de seis perguntas elaboradas sobre (1) quanto o entrevistado gosta do lugar onde mora (bairro) e (2) quanto gosta da cidade de Fortaleza; (3) se o lugar onde mora (bairro) (4) e a cidade de Fortaleza contribuem para sua qualidade de vida; e a (5) avaliação do entrevistado sobre sua qualidade de vida de maneira geral e (6) sua avaliação do sobre as relações entre as pessoas em

Fortaleza. A partir das respostas que estavam dispostas em uma gradação, o índice de percepção qualidade de vida se apresentou da seguinte forma:

Gráfico 4



Gráfico 5

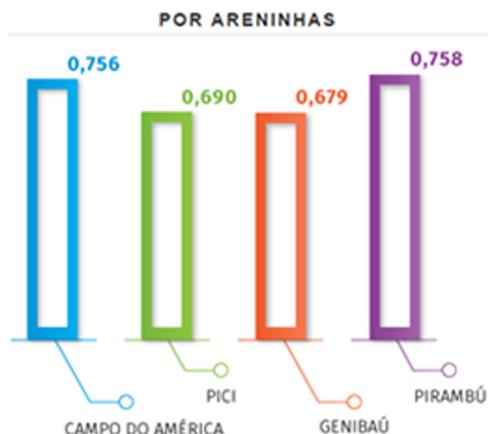


Gráfico 4: Índice de qualidade de vida geral do entorno das Areninhas; Gráfico 5: Índice de qualidade de vida por Areninha pesquisada. Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

Conforme se verifica nos Gráficos 4 e 5, a percepção dos entrevistados sobre sua qualidade de vida está acima da média tanto no geral como por Areninhas e, no caso do Campo do América e do Pirambu, o índice se encontra acima do índice geral.

Ao compararmos os índices de percepção de qualidade de vida dos entrevistados e os Índices de Desenvolvimento Humano dos bairros onde as Areninhas foram instaladas, podemos verificar uma nítida discrepância:

| ARENINHA | ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA | IDH POR BAIRRO |
|------------------------------|------------------------------------------|----------------|
| Areninha do Pirambu | 0,758 | 0,229 |
| Areninha do Campo do América | 0,756 | 0,953 |
| Areninha do Genibaú | 0,679 | 0,138 |
| Areninha do Campo do América | 0,690 | 0,218 |



ESSA FORMA DE PARTICIPAÇÃO É ENTENDIDA POR GOHN (2004) COMO “EMPODERAMENTO” DA COMUNIDADE, EM QUE ESTA ATUA COMO PROTAGONISTA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA NA GERAÇÃO DE PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Se considerarmos que o Índice de Desenvolvimento Humano realmente consegue avaliar ao menos as condições materiais e objetivas da qualidade de vida dos cidadãos, pode parecer incoerente uma percepção de qualidade de vida tão alta em regiões de IDH tão baixo⁷. No entanto, Pires, Matiello e Gonçalves (1998) dizem que os resultados dos indicadores de qualidade de vida podem ser influenciados por mecanismos sociais de resignação⁸ e baixa expectativa causados por pobreza crônica. Essa resignação, a ausência de perspectivas ou de experiências de ascensão social podem contribuir para nossa análise da discrepância entre esses dados.

2.3. Índice de Participação Social

O objetivo do índice de participação foi verificar quanto o entrevistado estava envolvido na procura por melhorias para o lugar onde mora (bairro). Nesse sentido buscamos avaliar a diversidade de formas de participação e também em que grau o entrevistado se sente contribuindo para conseguir tais melhorias.

Essa forma de participação é entendida por Gohn (2004) como “empoderamento” da comunidade, em que esta atua como protagonista de sua própria história na geração de processos de desenvolvimento local. Sendo essa participação ativa, levando em consideração a experiência de cada cidadão ali inserido. A autora relata ainda que esses processos ocorrem, predominantemente, sem articulações com partidos políticos e/ou sindicatos. (GOHN, 2004, p. 23-24). Ainda em relação à participação social, Tavares (2014) diz que ela é uma necessidade básica para o indivíduo, pois garante sua inclusão e pertencimento em uma dada sociedade.

Dentro dessa perspectiva, buscamos saber como se dá a experiência de cada entrevistado em relação à sua participação nesses processos de desenvolvimento para com seu local de moradia, pensando que nesse local é onde existem equipamentos/ entidades tais como associações, conselhos, igrejas, etc. que suscitam a possibilidade de participação.

Assim o índice de participação social foi apoiado nas seguintes questões: (1) de que maneira o entrevistado contribui para as melhorias do lugar onde mora; (2) qual o nível que o entrevistado se sente contribuindo para a melhoria do lugar mora; e (3) no caso de o entrevistado conhecer ações ou projetos voltados para o bairro/comunidade, se ele participa ou não. A partir das respostas chegou-se ao resultado que se apresenta nos Gráficos 6 e 7.

O índice geral para todas as Areninhas pesquisadas foi de 0,192, considerado muito baixo, pois se encontra muito próximo a 0 (zero). O índice relativo à Areninha Pirambú, mesmo considerado baixo, se apresentou acima do índice geral, 0,259. Essa diferença pode ser justificada em virtude do histórico de participação social que acontece

7) A Areninha do Campo do América representa uma exceção nesta análise devido às razões expostas na parte sobre a metodologia da pesquisa, no início deste artigo.

8) Entende-se a forma como determinados indivíduos e/ou grupos aceitam as condições que se apresentam no seu modo de vida individual e coletiva.



Gráfico 6



Gráfico 7

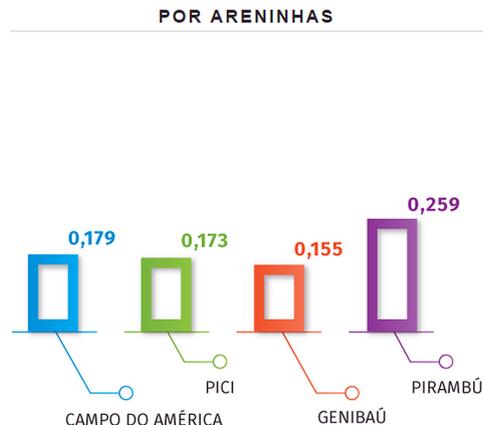


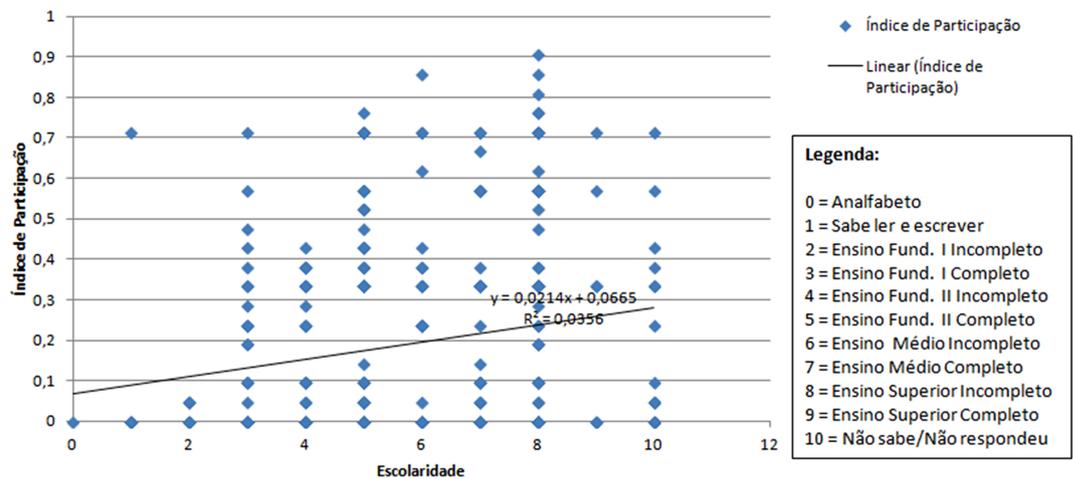
Gráfico 6: Índice de participação social geral do entorno das Areninhas; Gráfico 7: Índice de participação social por Areninha pesquisada. Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

no bairro Pirambú devido a existência de grande número de entidades e movimentos sociais que possibilitam à participação de seus moradores. Contudo o baixo nível de participação social de maneira geral nos locais pesquisados pode ser justificado a partir da discussão de Pochmann (2014) quando nos alerta que menos de 10% do tempo de história do Brasil se trata de um regime político democrático e que ao longo desse e de outros regimes a participação popular foi ausente, escondida e reprimida pelas forças antirreformistas majoritárias atuantes no País. (POCHMANN, 2014, p.37).

Outra forma de interpretar o baixo índice de participação das comunidades vizinhas às Areninhas é a própria situação de vulnerabilidade das regiões estudadas. No Gráfico 8, abaixo, foi feito um cruzamento entre o índice de participação e a classe socioeconômica dos entrevistados (a partir dos critérios da ABEP). Verificou-se uma relação direta entre participação e renda, ou seja, pessoas de renda mais elevada tendem a ter um índice de participação mais elevado também. Assim, podemos considerar a baixa renda um inibidor da participação social nessas regiões.

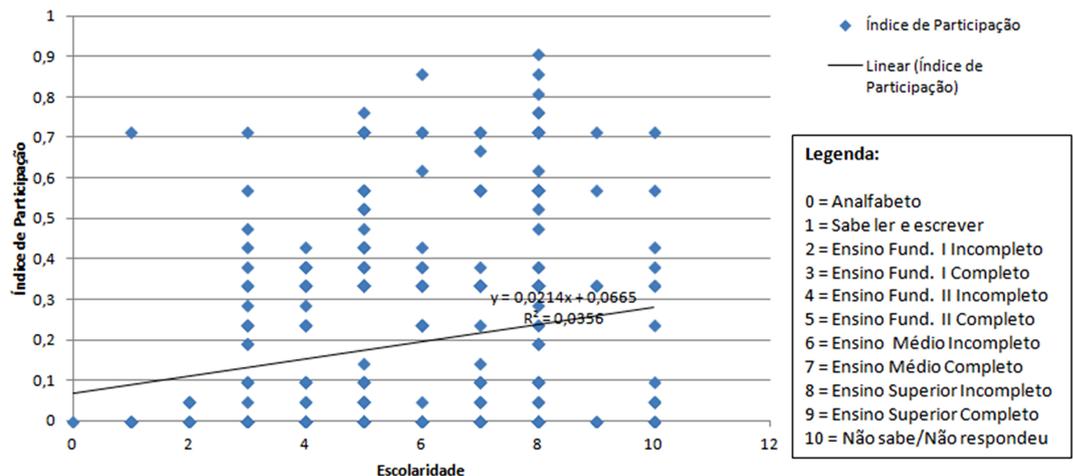
A mesma relação foi identificada entre o índice de participação e escolaridade, conforme ilustra o Gráfico 9. Pessoas de maior escolaridade tendem a ter maior índice de participação. Neste caso foram entrevistadas muitas pessoas cuja faixa etária ainda corresponde ao curso do ensino fundamental I e II, isso ajudaria a explicar o baixo índice de participação.

Gráfico 8 - Dispersão entre o índice de participação social e escolaridade



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

Gráfico 9 - Dispersão entre o índice de participação social e escolaridade



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

2.4 Lazer

Tomando como ponto de partida a questão do lazer, o instrumental levou em consideração as seguintes questões para compreender suas manifestações: Quais as atividades de lazer que as pessoas mais se dedicam? Elas se localizam dentro ou fora dos seus bairros? A Areninha é considerada o centro de lazer da comunidade? Quais os principais usos relacionados ao lazer que os moradores fazem da Areninha?

Ressaltam-se ainda as seguintes dimensões do conceito de lazer que foram consideradas na construção dessa pesquisa:



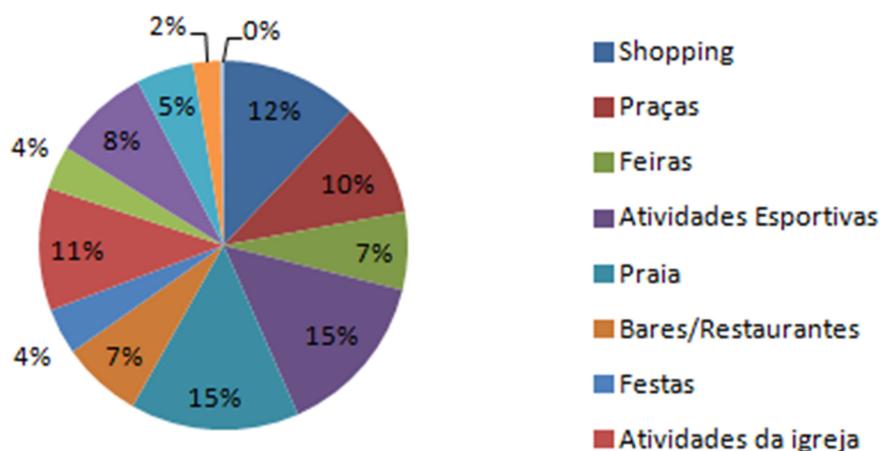
- Lazer enquanto direito social que o Estado deve prover sendo um objeto de políticas públicas (CRUZ, 2000);

- Lazer como fenômeno histórico, campo de reivindicação social e de participação cultural (MARCELLINO, 1996);

- Lazer como tempo e espaço definidos, no sentido de garantir acesso da população a práticas corporais e esportivas, garantindo também acesso aos espaços e equipamentos, viabilizando uma utilidade democrática e polivalente (LOUREIRO E SOUZA, 2006).

Quando foram perguntados a que tipo de lazer se dedicam com frequência, podemos perceber um certo padrão nas respostas entre as diversas Areninhas. As respostas mais citadas foram: Praia (15%), Atividades Esportivas (15%), Shoppings (12%), Atividades da Igreja (11%), Praças (10%), Atividades em casa (8%), Internet (7%), Feiras e Bares/Restaurantes (7%). A ordem de preferência de uma Areninha para outra não sofreu alterações profundas dentre as opções citadas.

Gráfico 10 - Formas de lazer praticadas pelos entrevistados



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

Na tentativa de saber quais dessas atividades o cidadão/entrevistado realizava no seu próprio bairro, 22% afirmaram não possuir nenhuma atividade de lazer em seus bairros e 56% deles buscam atividades de lazer em outros bairros.

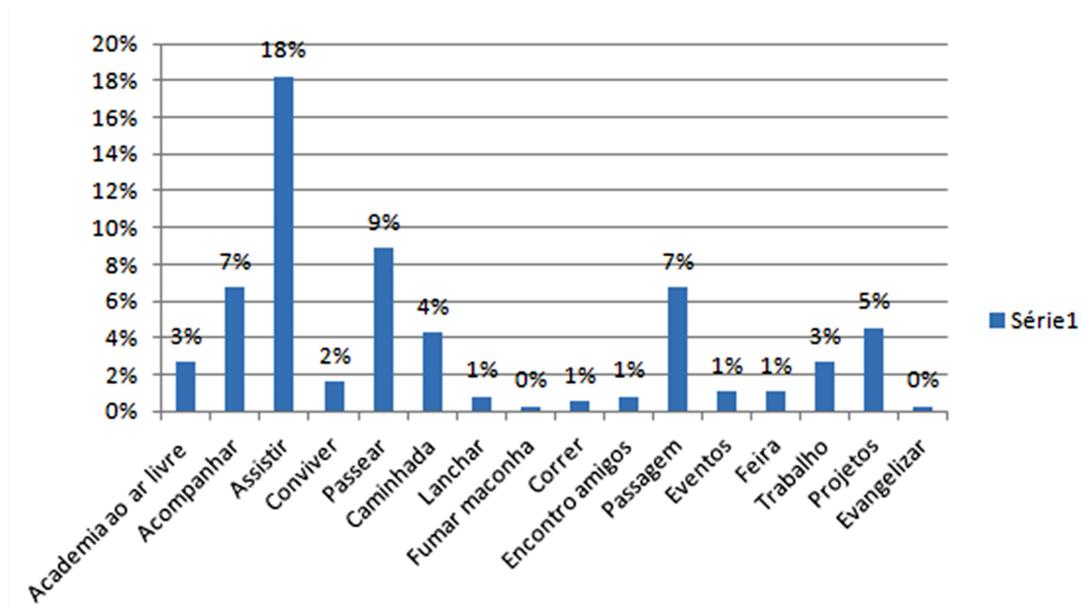
Tentando compreender a frequência dos moradores nos espaços das Areninhas e em que medida esses espaços se relacionam com as atividades de lazer, dos 22% acima que afirmaram não possuir nenhuma atividade de lazer em seus bairros, 35 entrevistados afirmaram frequentar as Areninhas pelo menos uma vez por mês. Isso quer dizer que 13% das 265 pessoas que frequentam as Areninhas não o fazem com orientação para uma atividade de lazer. Já 27% dos moradores entrevistados não frequentam as Areninhas, enquanto 70% vão no mínimo uma vez por mês.

Quando perguntados sobre quais atividades você realizaria na Areninha, foram dadas as seguintes opções com seus respectivos percentuais de resposta: Atleta Cidadão



(6,16%), Campeonato de Liga de Futebol (6,43%), Racha de Futebol (19,30%), Escolinha (4,82%), Ginástica (5,36%), Outras modalidades (0,53%), Outros (54,42%), Não sabe/Não respondeu (0,26%). O destaque entre as resposta foi o grande percentual da resposta Outros. Quais seriam então essas outras atividades que abrangem 54,42%?

Gráfico 11 - Outras atividades de lazer praticadas no equipamento das Areninhas ou no seu entorno



Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

De acordo com o gráfico acima, vemos que grande parte das pessoas que se deslocam até as Areninhas vão para assistir os eventos, passear, acompanhar alguém ou apenas estão de passagem pelo local.

Vale salientar que um dos aspectos a serem observados antes que as Areninhas sejam implantadas nos locais escolhidos é observar quais os usos que já são feitos naquele local. Algumas Areninhas já foram construídas em locais que já existiam campos de futebol, locais de encontro e de sociabilidades da comunidade, a exemplo do Campo do América. Em alguns casos, em locais de conflito também, como é o caso da Areninha do Genibaú. Portanto, as pessoas já têm usos e hábitos desenvolvidos naquele local que necessitam ser considerados na elaboração e implantação de novas construções nas comunidades.

2.5 - Organização Territorial

O índice de organização territorial procura avaliar, do ponto de vista do cidadão/entrevistado, a diversidade de instituições públicas, empresas e organizações da sociedade civil engajadas em determinado território. Para além de sua presença, avaliamos a diversidade de organizações que promovem ações e/ou projetos para a própria comunidade,



que fazem mediação de conflitos ou que atuam na busca por melhorias dos territórios em que estão inseridas. Nesse sentido, procuramos abarcar a forma como as entidades e/ou políticas estão agrupadas e disponíveis para a população de um lugar específico, no caso, os bairros pesquisados: Pirambu, Meirelles, Genibaú e Planalto Pici.

As perguntas voltadas para essa questão presentes no instrumental de pesquisa foram as seguintes:

- Quais órgãos públicos existem perto de onde você mora
- Quem apoia/promove/realiza ações ou projetos no seu bairro
- Como são solicitadas melhorias para o lugar onde mora
- A quem os moradores recorrem para mediar conflitos.

A partir das respostas, valores foram atribuídos de modo que quanto mais o cidadão/entrevistado relatasse a presença de instituições públicas, empresas e organizações da sociedade civil engajadas, maior era a pontuação de cada questão. Nesse sentido, numa variação de 0 a 1, sendo o 0 como a ausência total de organização territorial e o 1 como organização territorial intensa, a média geral de todas as Areninhas pesquisadas foi de 0,164, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 12



Gráfico 13

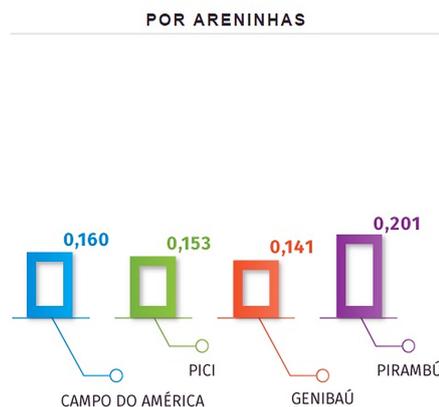


Gráfico 12: Índice de organização territorial geral do entorno das Areninhas; Gráfico 13: Índice de organização territorial por Areninha pesquisada. Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.

Vale salientar que os limites do índice, tanto o maior (1), quanto o menor (0), são situações radicais e dificilmente seriam encontradas num território. No caso do índice ser 0, isso significaria a ausência total de órgãos públicos em um contexto que não há nenhuma instituição ou organização que promova ações ou projetos na comunidade e nenhum tipo de mobilização com o objetivo de conseguir melhorias para o bairro além da ausência de interlocutores para a mediação de conflitos. Ou, no caso do índice máximo (1), também é raro de ser encontrado, na escala de um bairro, mais de 20

atores promovendo as ações já citadas. Entretanto, mesmo diante desses cenários mais improváveis, o índice de organização territorial das quatro Areninhas pesquisadas é de 0,164, ou seja, bem próximo do 0 (zero).

Um segundo ponto a ser ressaltado é que o índice reflete a percepção que os moradores resguardam sobre os equipamentos e as instituições engajadas no bairro. Portanto, ao afirmar que não existe determinado órgão ou equipamento em seu bairro, isso não significa necessariamente que ele não exista, mas que o entrevistado em questão não tem conhecimento de sua existência ou a considera irrelevante.

Por fim, vale destacar o bairro do Pirambu com o maior índice de organização territorial dentre os pesquisados: 0,201. Essa diferença é corroborada pelo fato de que, tanto durante a fase de aplicação de questionários como na execução dos grupos focais, foi possível perceber entre os moradores do bairro uma maior articulação política, um destacado sentimento de pertença e o conhecimento maior sobre os equipamentos públicos do bairro.

2.6 Sentimento de Pertença

O índice de sentimento de pertença tem como objetivo aferir o “nível” de envolvimento do cidadão/entrevistado na comunidade onde reside. Tuan (1980) afirma que o sentimento de pertença “é o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal.” (TUAN, 1980, p. 05).

O índice de sentimento de pertença tem como base de cálculo três variáveis subjetivas construídas durante a análise da pesquisa das Areninhas: a) o conhecimento que o cidadão/entrevistado possui de seu território (índice de organização territorial); b) a forma como o cidadão/entrevistado sente-se realizado neste território (índice de percepção de qualidade de vida); e c) o envolvimento do cidadão na busca por melhorias para o referido território (índice de participação); esta última variável foi atribuída peso 2 no cálculo do índice de pertencimento.

Gráfico 14



Gráfico 15



Gráfico 14: Índice de sentimento de pertença geral do entorno das Areninhas; Gráfico 15: Índice de sentimento de pertença por Areninha pesquisada. Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.



O que podemos verificar no gráfico à esquerda é que o nível geral do sentimento de pertença apresenta-se abaixo da média estabelecida pelo índice, constatando o baixo sentimento de pertencimento dos entrevistados pela localidade/comunidade em que habitam. No gráfico à direita, percebemos que a amostra do Pirambu possui maior nível de sentimento de pertença, algo que foi observado pelos pesquisadores durante a aplicação dos questionários em campo.

Dentro das inferências consideradas na pesquisa, 71% dos entrevistados que possuem índice de pertencimento igual ou mais do que média (0,5) afirmaram conhecer alguém participante do Conselho Gestor das Areninhas. Isso demonstra que há uma correlação entre a capilaridade dos Conselheiros e a rede formada pelas pessoas da comunidade que buscam melhorias para a região onde moram, buscando canais de participação, desta forma tendo maior conhecimento de seu território e sentindo-se mais pertencentes ao local onde residem.

2.7 Sensação de Segurança

A segurança é um estado, uma situação, um sentimento, portanto algo subjetivo. “É a forma como pessoas, grupos, ou comunidades se sentem em determinadas circunstâncias. Resulta da adoção de atitudes individuais e coletivas, ou ainda de um conjunto de ações desenvolvidas tanto pela sociedade civil quanto pelo Poder Público.” (BATISTA, 2013).

A sensação de segurança não está somente relacionada aos índices de violência da cidade, mas considera principalmente aspectos subjetivos dos cidadãos. Nesse sentido, o índice de sensação de segurança avalia a percepção do cidadão/entrevistado sobre sua própria segurança na cidade, no bairro onde mora e nos arredores do equipamento público das Areninhas.

Gráfico 15



Gráfico 16

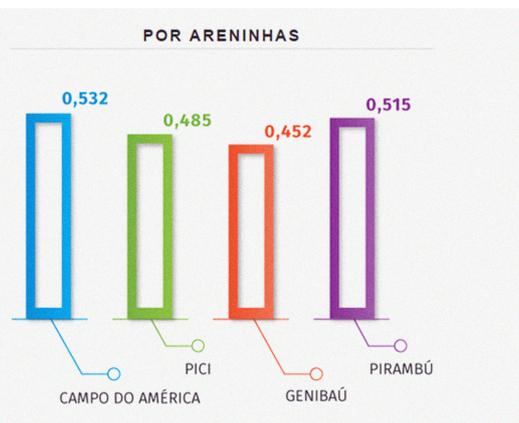


Gráfico 15: Índice de sensação de segurança geral do entorno das Areninhas; Gráfico 16: Índice de sensação de segurança por Areninha pesquisada. Fonte: Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS, 2016.



55% DOS ENTREVISTADOS NÃO IDENTIFICAM APARELHOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (DELEGACIAS OU POSTOS POLICIAIS) EM SEUS BAIRROS. AINDA ASSIM, POUCOS DENTRE ELES SE SENTEM MUITO INSEGUROS EM SEUS BAIRROS

No primeiro gráfico percebemos que o índice geral aproxima-se da média. Os cidadãos/entrevistados que possuem maiores índices de sensação de segurança, ultrapassando a média, são das Areninhas do Campo do América e Pirambu, onde podemos relacionar este fato as redes de sociabilidade constituídas no Pirambu, o que confere uma maior percepção de segurança entre os moradores do bairro, já esta percepção no Campo do América estaria associada a uma possível sensação de maior cobertura dos aparelhos de segurança públicos, devido à localização próxima ao gabinete e residência do governador do Estado do Ceará.

Essa sensação, no entanto, não está intrinsecamente ligada às estatísticas de violência aferidas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - SS-PDS, que considera as quatro áreas pesquisadas com alta incidência de crimes violentos letais intencionais - CVLI. Outro fator que deve ser levado em consideração é que a maior parte dos homicídios em Fortaleza ocorre em bairros afastados do Centro e das áreas consideradas nobres da cidade⁹.

Podemos apontar a partir das inferências realizadas na pesquisa das Areninhas que:

- a) a sensação de segurança não apresenta correlação significativa com a escolaridade ou idade dos cidadãos/entrevistados;
- b) 67% das pessoas entrevistadas se sentem inseguras no seu bairro, mas ainda assim frequentam as Areninhas;
- c) 55% dos entrevistados não identificam aparelhos de segurança pública (delegacias ou postos policiais) em seus bairros. Ainda assim, poucos dentre eles se sentem muito inseguros em seus bairros;
- d) os moradores das proximidades das Areninhas não identificam a Guarda Municipal como mediadoras de conflitos;
- e) a sensação de segurança não apresenta relação direta com o tempo de moradia no bairro.

Outro fator relevante para a análise de sensação de segurança é que as pessoas, em geral, se sentem mais seguras em regiões que conhecem, como os seus bairros, do que na cidade, em áreas desconhecidas: “o medo e a insegurança têm correlatas espaciais e podem ser descritos a partir de áreas concêntricas: quanto mais distante de pontos conhecidos, maior a insegurança e o medo.” (SOARES, 2008, p. 111).

Nos grupos focais realizados com os Conselhos Gestores das Areninhas pesquisadas, foram relatados alguns conflitos no entorno das quadras (como o trânsito indevido de motocicletas nas áreas de pedestres das praças e calçadas). Os participantes destes grupos sugeriram a presença de Guardas Municipais nas Areninhas, o que poderia contribuir tanto para o aumento da sensação de segurança no local quanto para a identificação dos agentes como mediadores de conflitos, dessa forma atendendo uma das premissas da Secretaria de Segurança Cidadã - SESEC.

9) “Os territórios onde mais se mata em Fortaleza.” Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/23/noticiasjornalcotidiano,3396670/os-territorios-onde-mais-se-mata-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 09 de dez. 2016.



POR FIM, O ACORDO DE PAZ ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS NOS BAIROS DAS ARENINHAS ANALISADAS FOI AMPLAMENTE CITADO POR ENTREVISTADOS TANTO NA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS QUANTO NOS GRUPOS FOCAIS, PRINCIPALMENTE NO PIRAMBU E NO PLANALTO PICI

3. RESULTADOS DOS GRUPOS FOCAIS

Os grupos focais foram realizados com os integrantes do conselho gestor das quatro Areninhas pesquisadas com a finalidade de levantar elementos mais qualitativos sobre a governança do equipamento.

Segundo depoimentos dos entrevistados, não há clareza acerca da função do Conselho Gestor e nem das atribuições de seus integrantes para a comunidade, para a SECEL e nem para os próprios conselheiros. Os moradores das comunidades, não têm conhecimento sobre as atribuições do conselho, o que se reflete em demandas aleatórias para melhorias no bairro. Isso contribui para o descrédito no trabalho dos conselheiros, já que em muitos casos eles não têm como atender às queixas da população que são das mais variadas ordens, principalmente com relação aos cuidados com a infraestrutura das areninhas, mas também incluem reivindicações para construção de creches, para segurança pública e etc.

O modelo de gerência das Areninhas, somado a indefinição das funções e tarefas dos conselhos gestores, reflete no relacionamento dos conselhos com a SECEL visto que há também um forte descrédito nessa relação, pois as reclamações/reivindicações feitas à Secretaria não são solucionadas de maneira desejada.

Por fim, o acordo de paz entre facções criminosas nos bairros das Areninhas analisadas foi amplamente citado por entrevistados tanto na aplicação de questionários quanto nos grupos focais, principalmente no Pirambu e no Planalto Pici. A chamada “pacificação” foi citada como um elemento facilitador que proporciona mais acesso às Areninhas, visto que, em decorrências dos conflitos ocasionados pelo tráfico, muitos limites geográficos eram impostos aos moradores. Após a pacificação, todos teriam, de acordo com os entrevistados, livre acesso ao bairro e aos equipamentos públicos.

4. CONCLUSÕES

O propósito inicial da pesquisa sobre as Areninhas foi o desenvolvimento de um protótipo de análise da governança. No entanto, para que essa análise pudesse ser completa, seria necessário o estudo de documentos programáticos que definissem os objetivos, metas e indicadores dessa política municipal. Na ausência desses documentos, a equipe do Observatório da Governança concentrou seus esforços na análise de indicadores de percepção que constituem parte significativa da metodologia de medição da governança.

O conjunto de dados, quantitativos e qualitativos, oriundos desta pesquisa serviram de subsídio para uma série de recomendações destinadas ao gestor municipal para aprimoramento da governança das Areninhas. Ademais, esses dados estão à disposição dos órgãos da prefeitura para contribuir para futuros estudos tanto sobre este mesmo equipamento quanto para as áreas em seu entorno.

10) Ver artigo, neste mesmo caderno, sobre o protótipo de pesquisa da governança.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA - ABEP. Critério Brasil. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 23 de nov. 2016.
- BATISTA. Conceitos de Segurança Pública e de Defesa Social. Disponível em: <<http://abriosa.blogspot.com.br/2013/11/conceitos-de-seguranca-publica-e-de.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.
- CRUZ, M. L. M. Políticas Públicas de Lazer. In: Revista Linhas. Santa Catarina, v. 01, n. 01, p. 01-09, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1310>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em: 09 dez. 2016.
- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, Aug. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- JORNAL O POVO. Os territórios onde mais se mata em Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/23/noticiasjornalcotidiano,3396670/os-territorios-onde-mais-se-mata-em-fortaleza.shtml>> Acesso em: 09 de dez. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Questionário PNAD Contínua. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc3099.pdf>. Acesso: 08 dez. 2016.
- LOUREIRO, J. A.; SOUZA, V. R. F. P. Política de Lazer e o Espaço Urbano: a experiência da revitalização dos Cais da Aurora em Recife-PE. In: Motrivivência., Santa Catarina, v. 18, n. 26, p. 155-167. Jun. 2006.
- MARCELINO, N. C. Políticas Públicas Setoriais de Lazer. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- PEREIRA, E. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- PIRES, L. P. D. E.; MATIELLO, E. M.; GONÇALVES, A. Alguns olhares sobre aplicações do conceito de qualidade de vida em educação física/ciências do esporte. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.20, n.1, p.54-7, 1998. Disponível em: <http://www.bib.unesc.net/arquivos/35000/38200/11_38293.htm>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- POCHMANN, M. Participação social no Brasil: uma larga construção. IN. PALHARES, Joaquim Ernesto (org.). Participação social e democracia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. ISBN 978-85-7643-273-9. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wpcontent/uploads/2015/02/Participacao_Democracia%E2%80%9393web.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SSPDS. Crimes Violentos Letais Intencionais. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/noticiaDetalhada.do?tipoPortal=1&codNoticia=2142&titulo=Reportagens&action=detail>>. Acesso em: 28 out. 2016.
- SPERRHAKE, R.; TRAVERSINI, C. S. Os critérios do Censo produzindo estatísticas de alfabetização: gerenciar o risco e inventar pessoas. Estatística e Sociedade, Porto Alegre, p.142-156, n.2 nov. 2012.





SOARES, G. A. D. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ciências Humanas, Florianópolis, Santa Catarina, ISSN 1984-8951 v.15, n.106, p. 179-201 – jan./jun. 2014. Disponível em: <[https://periodicos.ufsc.br/index.php](https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-8951.2014v15n106p179/pdf_7)

[/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-8951.2014v15n106p179/pdf_7](https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-8951.2014v15n106p179/pdf_7)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

TRAD, L. A. B.. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>

>. Acesso em: 17 out. 2016.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

Nota Sobre o Índice de Sentimento de Pertença

PAULA BESSA BRAZ
Gerente de Estudos e
Pesquisas

Desde a concepção do protótipo de pesquisa, vínhamos investigando formas possíveis de tematizar o sentimento de pertença e sua relação com as vinculações individuais e coletivas ao território e à própria comunidade. Entendemos logo no princípio que a perspectiva de apropriação do equipamento das Areninhas por parte da comunidade - algo que não vimos descrito necessariamente em nenhum documento oficial, mas que surgiu diversas vezes, e em distintos contextos, nas falas de seus idealizadores e articuladores - deveria ser compreendida, também, em campo.

Lugares, pessoas e grupos conectam-se por laços indissociáveis. A identidade do eu e o sentimento-certeza de fazer parte de um grupo estão sempre entrelaçados aos lugares e às paisagens (físicas ou imaginadas), de modo que a localidade está sempre subsumida no pertencimento. Por outro lado, o pertencimento é muitas vezes predicado pelo lugar - pela experiência presente das pessoas que nele vivem ou pela sua memória, ou ainda pela imaginação acerca de uma vida futura nele. [...] Por serem mutuamente constituídos, a separação entre localidade e pertencimento, ou entre lugar e identidade só pode ter valor heurístico (TRAJANO FILHO, 2012 p.17-18)

A hipótese com a qual lidávamos era, portanto, a de que em comunidades cujo sentimento de pertença (aqui, ainda, um conceito pouco palpável) se mostrava forte, maior (ou mais fácil) seria a sua adesão aos mecanismos de apropriação do equipamento em questão, objeto de nossa investigação. Mas como mensurá-lo?

A priori esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (LESTINGE, 2004, p. 40)



A ELABORAÇÃO DE UM ÍNDICE DE SENTIMENTO DE PERTENÇA, PORTANTO, É REPRESENTATIVA DESSE ESFORÇO: ARTICULAMOS TRÊS ÍNDICES CONSTRUÍDOS ATRAVÉS DOS DADOS OBTIDOS EM QUESTIONÁRIO (...) PARA, A PARTIR DE UM CÁLCULO, CONSTRUIR ESSE NOVO ÍNDICE

Sabemos que a compreensão de **pertencimento** enquanto conceito se dá fundamentalmente por seu aspecto subjetivo; não à toa, por vezes o vemos acompanhado de termos que aludem a sensações, percepções ou mesmo sentimentos, como aqui é o caso. Contudo - e nisto reside um grande desafio - buscamos investigá-lo, também, em seu aspecto objetivo, com a intenção tanto de estabelecer um parâmetro de comparabilidade entre os territórios pesquisados, como de relacionar os demais índices construídos e verificar seus nexos.

A elaboração de um índice de sentimento de pertença, portanto, é representativa desse esforço: articulamos três índices construídos através dos dados obtidos em questionário - Organização Territorial, Percepção de Qualidade de Vida e Participação Social -, para, a partir de um cálculo, construir esse novo índice.

A escolha das variáveis não é ao acaso; nelas buscamos condensar aspectos fundamentais do pertencimento, conforme verificamos na literatura científica. Embora a dimensão territorial seja transversal a todas elas, é no índice de Organização Territorial que contemplamos os distintos níveis de conhecimento sobre o próprio território.

Nele, pressupomos um distanciamento entre o espaço físico e o espaço vivenciado propriamente dito. É evidente que o espaço físico ocupado por pessoas que habitam o mesmo território é o mesmo - porém, as leituras feitas desse mesmo espaço podem divergir em diversas formas, e podem denotar relações distintas com um mesmo espaço, ou mesmo com a própria comunidade, produzindo outras formas de vivenciar o espaço. Isto quer dizer que

[...] um lugar não é um ponto localizável objetivamente num espaço físico-geográfico nem em uma grade espacial abstrata. É, sobretudo, uma âncora que sustenta, dá sentido e emoldura as interações sociais que se desdobram num fluxo temporal entre pessoas e grupos. De certa forma, o lugar é uma construção social que resulta na ancoragem dos sujeitos sociais e das instituições nos eixos do espaço e do tempo. (TRAJANO FILHO, 2012, p.7)

Mas, além da dimensão territorial,

[...] para esse pertencimento, estão implícitas [outras] condições fundamentais, como saúde física e mental, autonomia, direito à informação, conhecimento de si e da sua cultura, auto-aceitação (TAVARES, 2014, p.198)

Essas condições dizem respeito tanto ao bem-estar subjetivo dos indivíduos quanto ao acesso aos seus direitos. Nesse sentido, associamos o índice de Percepção de Qualidade de Vida à realização individual em relação às condições de vida atreladas aos territórios.

Por fim, o índice de Participação Social procura dar conta do envolvimento e engajamento individual em um contexto orientado para a coletividade. A “[...] possibilidade de se reconhecer no processo de construção de sua identidade e subjetividade,

de se apropriar das próprias possibilidades e das impossibilidades de participação na sociedade” (TAVARES, 2014) é parte extremamente importante na ponderação sobre o pertencimento.

Pertencimento esse que tem como pré-condição a democracia, o reconhecimento dos direitos sociais e da cidadania, e a oportunidade de reflexão e ação (TAVARES, 2014, p.198)

Em função disso, atribuímos ao índice de Participação Social um peso maior no cálculo do índice de sentimento de pertença. Enquanto os demais índices possuem coeficiente igual a 1, o índice de Participação Social é multiplicado por dois. Somamos os valores e dividimos o resultado pela soma dos coeficientes de cada índice - isto é, quatro. Ao final, temos o índice de Sentimento de Pertença.

Por ser uma aproximação numérica, reconhecemos que as questões mais imateriais que envolvem o pertencimento podem não ser alcançadas através do índice obtido. Algumas questões que compõem o cálculo do índice de qualidade de vida, por exemplo, ilustram, em certa medida, a distância entre os sentidos atribuídos e os mensurados.

Quando perguntados se gostam do bairro onde moram, 89% pessoas entrevistadas na pesquisa responderam que gostam ou que gostam muito. Quando perguntados, logo em seguida, sobre a razão de sua resposta, 27% dos 89% entrevistados responderam ser em função de estarem “acostumados” ou de terem “sempre morado lá”. Outro dado importante para a compreensão da relação entre os entrevistados e o seu local de moradia é que 23,5% dos entrevistados afirmaram não frequentar nenhum outro bairro.

Poderia-se pensar que o tempo de moradia é algo que possui forte impacto no sentimento de pertença dos indivíduos. Entretanto, de acordo com as inferências realizadas durante a pesquisa, essa variável apresenta pouca influência no sentimento de pertença quando comparadas as variáveis de sensação de segurança ou a classe social dos entrevistados.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LESTINGE, Sandra Regina. Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento. 2004. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba.

TAVARES, Rosana. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, Santa Catarina, v.15, n.106, p.179-201 - jan/jun. 2014

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. In _____: TRAJANO FILHO, Wilson (Org). Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: ABA Publicações, 2012.



Preservação da Memória Institucional do Observatório de Governança Municipal

LUIZ CARLOS DE LIMA SANTOS
Chefe do Núcleo de Difusão do Conhecimento

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de difundir o contexto da geração e difusão do conhecimento do Observatório da Governança Municipal, este artigo apresenta conceituação do Protótipo de Gestão e Preservação da Memória Institucional da Diretoria do Observatório da Governança Municipal – DIOBS do Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR, ressaltando a importância de captar, gerar e armazenar documentos, classificando-os e arquivando-os de forma sistêmica, por outro lado enfatizamos os mecanismos legais que dão forma e sustentação à construção de um sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA DIOBS

A preservação da memória institucional tem como objetivo dar credibilidade à história de uma instituição, valorizando o legado de antigos e atuais funcionários e colaboradores, possibilitando a economia de tempo em pesquisa de dados corporativos, reduzindo a inconsistência de informações corporativas e identificando a missão e visão da empresa durante toda a sua trajetória (Figueiredo e Bem, 2012).

Desde 2013, a Diretoria de Monitoramento e Avaliação – DMA e posteriormente Diretoria do Observatório da Governança Municipal – DIOBS, produziu e recebeu grande quantidade de documentos: Comunicações Internas, Ofícios, Atas de Reunião, Ordens de Serviço, Pareceres Técnicos, Propostas Comerciais, Laudos e muitos outros, esses documentos eram armazenados em pastas físicas e em arquivos digitais sem obedecer a nenhum critério de organização.

Em 2014 iniciamos a primeira tentativa de organização sistemática dos documentos: criando pastas personalizadas e hierarquizadas, por gerência, assunto e ano, mesmo assim, este modelo mostrou-se ineficaz com o passar do tempo, dado o grande acréscimo de documentos e por ser totalmente manual muitas vezes esquecia-se de armazenar um documento.

Além disso, ainda não havia padronização de nomenclatura nem de tipologia e formatação dos documentos/arquivos, o que tornava difícil a recuperação de algum documento específico. Deste modo sentiu-se a necessidade de se buscar novos modelos de



O DOCUMENTO ADMINISTRATIVO É UM INSTRUMENTO A SERVIÇO DO BOM GOVERNO E ADQUIRE VALOR CULTURAL QUANDO DISPONIBILIZADO PARA A SOCIEDADE

organização destes documentos de forma a facilitar a preservação e o acesso.

Depois de muitas pesquisas, em 2016, encontramos a solução para a implementação da preservação da memória institucional da DIOBS na adoção de uma metodologia própria baseada em diretrizes oficiais produzidas pelo Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, do Ministério da Justiça, que estabelece critérios de: armazenagem, classificação, temporariedade, privacidade, publicidade e acesso. Assim surgiu o Projeto Piloto de Preservação da Memória Institucional da DIOBS, no qual o Núcleo de Difusão do Conhecimento da DIOBS vem trabalhando, construindo essa metodologia e padronizando a nomenclatura, formatação e tipologia de documentos tais como: Comunicações Internas, Ofícios, Atas, pautas e listas de presença de Reuniões, Pareceres técnicos e Ordens de Serviço.

Em julho de 2016 efetuamos a carga de 573 desses documentos relativos ao período de 2013 a 2015 na ferramenta de Gestão de Conteúdo Alfresco, gerida no âmbito do IPLANFOR pela Diretoria de Sistemas de Informação – DISIN.

O QUE É MEMÓRIA?

A história humana é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da memória (Silva e Silva, 2006). O termo memória vem do latim e significa reter ou readquirir ideias, imagens, expressões e conhecimentos do passado para serem lembrados, rememorados em momentos futuros. Se não houvesse um modo de armazenar as representações do passado na nossa mente, não haveria história e talvez nossas experiências não fossem compartilhadas (Figueiredo e Bem, 2012).

A preservação da memória coletiva vem se intensificando nas últimas décadas, a organização de documentos históricos, relatos orais passados de geração em geração compõem o arcabouço para a evolução do estudo a respeito das características, funcionamento e persistência da memória humana. O documento administrativo é um instrumento a serviço do bom governo e adquire valor cultural quando disponibilizado para a sociedade. (Zani, 2008)

O QUE É UM ACERVO?

Acervo, do latim *acervus*, é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental, misto ou qualquer outro. Os acervos na maioria das vezes ainda estão desorganizados, poucos são os que já estão institucionalizados e/ou sistematizados em museu ou sob outras formas de organização (Wikipedia, 2016).

Atualmente a Diretoria de Sistemas de Informação - DISIN mantém dois projetos de captura, armazenagem e difusão documental:

O Acervo Digital - que no momento conta com onze mil oitocentos e setenta e dois documentos públicos sobre o município de Fortaleza, que estão disponibilizados nas seguintes categorias: Cartografia, Dados Institucionais, Estudos e Pesquisas, Leis e Normas,



UM REPOSITÓRIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL CONFIÁVEL DEVE SER CAPAZ DE ATENDER AOS PROCEDIMENTOS ARQUIVÍSTICOS EM SUAS DIFERENTES FASES E AOS REQUISITOS DE UM REPOSITÓRIO DIGITAL CONFIÁVEL.

Planos Diretores, Planos Setoriais e Projetos. Além disso, o sistema permite a busca por arquivos de acordo com o nome do documento, a categoria, o tema, o ano do documento, o tipo de documento, a fonte ou a localização; e o site “Fortaleza em Mapas” com o objetivo de sistematizar e padronizar a publicação da cartografia produzida, num primeiro momento, pelo Iplanfor e, em seguida, pelos demais órgãos da Prefeitura de Fortaleza. Os mapas publicados inicialmente foram produzidos pela Diretoria de Articulação e Integração de Políticas – DIART, englobando assentamentos precários e Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, assim como os produzidos pela Diretoria de Planejamento – DIPLA, que são áreas edificadas, população, distribuição de empregos, valores

Logomarcas dos Projetos: Acervo Digital e Fortaleza em Mapas



Fonte: Diretoria de Sistemas de Informação – DISIN, 2016.

do solo e notas fiscais eletrônicas.

O QUE É UM REPOSITÓRIO DIGITAL?

Um repositório arquivístico digital é um dispositivo que armazena e gerencia documentos e metadados de acordo com as boas práticas e normas da arquivologia, especificamente relacionadas à gestão documental. Um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável. (Conarq - acesso em 08/03/2016)

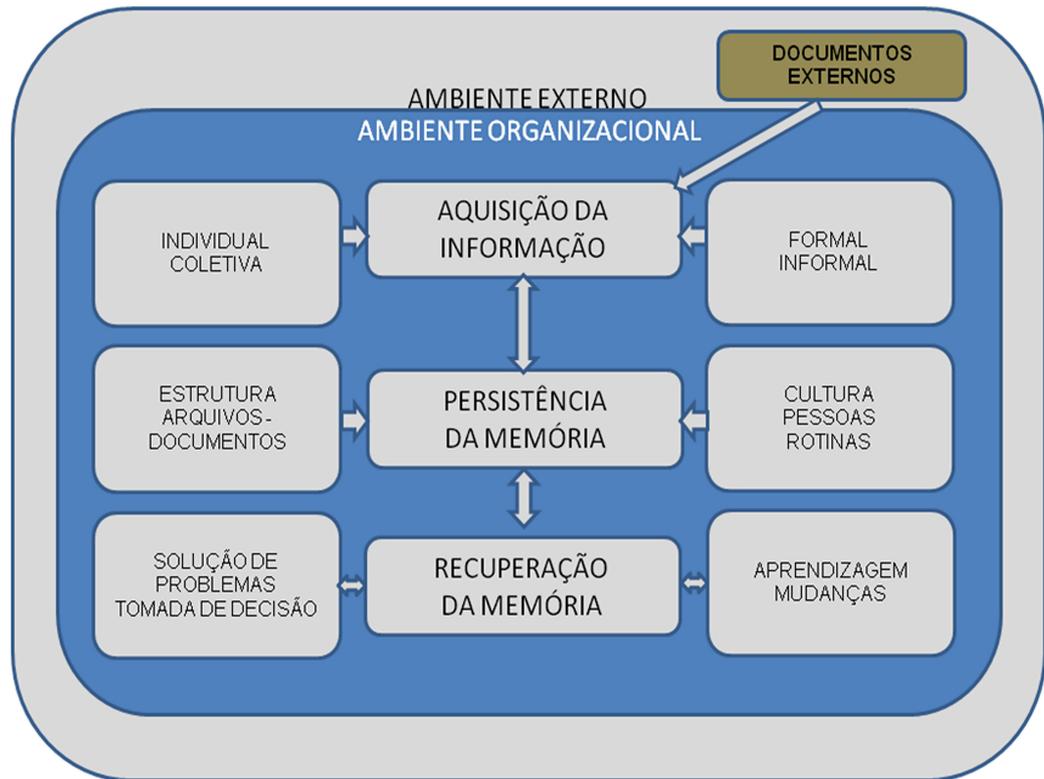
Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada conhecida como GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos ou Gestão Eletrônica de Documentos, que é um conjunto de tecnologias que permite a uma empresa gerenciar seus documentos em forma digital. Esses documentos podem ser das mais diversas origens, tais como papel, microfilme, imagem, som, planilhas eletrônicas, arquivos de texto etc., e são capturados, catalogados, classificados, armazenados, preservados e acessados a partir de um único software de Gestão de Conteúdo ou pela integração de diversos softwares. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão compartilha com todos os órgãos da Prefeitura de Fortaleza a ferramenta de Gestão de Conteúdo Alfresco.

A aquisição da informação, esquematizada na figura, consiste na entrada dos documentos e seus metadados no repositório digital e devem obedecer aos seguintes requisi-



CAPTURA DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Estrutura da memória organizacional



Fonte: Adaptado segundo Walsh e Ungson (1991, p.64) (Teles et al).

tos, cuja adequação deve ser avaliada de acordo com a missão e as necessidades de cada repositório:

- Identificar as propriedades do documento que serão preservadas (ex.: o conteúdo, layout, tabela de cor, resolução da imagem, canais de som etc.);
- Especificar claramente a informação que deve estar associada ao documento (metadados associados) no momento da sua submissão;
- Ter mecanismos para autenticar a origem dos documentos que estão sendo admitidos no repositório, de forma a garantir sua proveniência;
- Ter procedimentos para verificar a integridade dos documentos, o que pode ser feito por meio de procedimentos automatizados e/ou checagem humana;
- Fornecer ao produtor/depositante relatórios do andamento dos procedimentos durante todo o processo de admissão; e
- Ter registros de todas as ações e processos administrativos que ocorrem durante



O OBSERVATÓRIO DA GOVERNANÇA MUNICIPAL E A SALA SITUACIONAL DE GOVERNANÇA PRODUZEM INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE PESQUISAS DE CAMPO E PRODUÇÃO INTERNA DE ARTIGOS E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, CAPTAM DADOS SECUNDÁRIOS DOS SISTEMAS LEGADOS DAS SECRETARIAS SETORIAIS E DE ORGANISMOS EXTERNOS TAIS COMO IBGE, IPEA

o processo de admissão e são relevantes para a preservação. (e-Arq Brasil - acesso em 08/03/2016)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública foram elaborados por técnicos do Arquivo Nacional e constituem elementos essenciais à organização dos arquivos correntes e intermediários, permitindo acesso aos documentos por meio da racionalização e controle eficazes das informações neles contidas. (Conarq - acesso em 08/03/2016)

A DIOBS adota o modelo de Código de Classificação Decimal, este sistema decimal classifica os documentos por assuntos usando um código numérico dividido em dez classes e estas, por sua vez, em dez subclasses e assim sucessivamente para grupos e subgrupos. Além disso, tem-se também a tabela de temporariedade dos documentos, onde são estabelecidos os tempos de armazenagem e destinação de cada documento.

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA DIOBS

O Observatório da Governança Municipal e a Sala Situacional de Governança produzem informações através de pesquisas de campo e produção interna de artigos e documentos administrativos, captam dados secundários dos sistemas legados das Secretarias Setoriais e de organismos externos tais como IBGE, IPEA.

Toda essa memória, depois de qualificada e classificada é organizada em repositório digital (bibliográfico, arquivístico e museológico, etc.) de modo a preservar as informações que a instituição e seus agentes produziram.

A divulgação (transmissão, disseminação) da memória institucional do Observatório da Governança é realizada através de ações específicas: internamente por meio de seminários e consultas ao Business Intelligence da Sala Situacional e externamente com a publicação de artigos nos "Cadernos do Observatório", folders, boletins na intranet e na internet.

Como benefícios de um eficiente trabalho de resgate da memória institucional, tem-se a promoção da cultura institucional, a disseminação do histórico de relacionamento com parceiros, a divulgação da cultura de valorização e preservação de documentos, construção da linha do tempo do órgão público seus produtos e serviços, disponibilização da documentação estratégica, identificação do relacionamento temático entre documentos de diversos tipos, garantia ao acesso restrito a documentos sigilosos e à diminuição do desgaste pelo manuseio de objetos considerados históricos. (Figueiredo e Bem, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, a jornada apenas está começando, a tarefa de desenhar e conceber um sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD envolve planejamento em longo prazo devido à complexidade das diversas conexões. Estamos na fase inicial de composição e amadurecimento da

metodologia.

A visão de futuro do Projeto Piloto de Preservação da Memória Institucional do Observatório da Governança é que após a instalação e validação do protótipo, as boas práticas e os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento deste modelo possam ser compartilhados com as demais Diretorias do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR e posteriormente com todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza para que todos tenham a oportunidade de organizar seus documentos usando a mesma metodologia.

Entendemos, por fim, que a gestão deste acervo arquivístico integrado deve ficar sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG - que já dispõe e utiliza a ferramenta de Gestão de Conteúdo Alfresco - em parceria com as demais Secretarias.

Outra visão de futuro, embora mais distante, seria a Prefeitura de Fortaleza criar o Museu de Fortaleza, equipamento destinado a recolher, preservar e divulgar documentos de valor histórico para referência e pesquisa. Além da memória institucional da Prefeitura o museu teria um acervo de correspondências, processos, relatórios, inventários, mapas, plantas e diversos outros documentos, emitidos pelos Poderes Executivo e Legislativo municipal, além de doações por parte de particulares de acervos documentais e objetos de valor histórico da Cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEM, E. L. F. e, FIGUEIREDO, J. S. de. A Memória Institucional e as Relações Públicas. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/download/452/377>>. Acesso em: 08 nov. 2016
- WIKIPÉDIA. Acervo. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Acervo>>. Acesso em: 17 nov. 2016
- CONARQ. Implementação de Repositórios Arquivísticas Digitais Confiáveis. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/publicacoes-ctde/166-diretrizes-para-a-implementacao-de-repositorios-digitais-confiaveis-de-documentos-arquivisticos.html>>. Acesso em: 08 mar. 2016
- _____. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. Disponível em: <<http://www.conarq.darquivonacional.gov.br/publicacoes-2/20-classificacao-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo-relativo-as-atividades-meio-da-administracao-publica.html>>. Acesso em: 08 mar. 2016
- SILVA, K. V. e, SILVA, M. H. Dicionário de Conceitos Históricos. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_MEM%C3%93RIA.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016
- ZANI, M. R. M. Arquivo: Memória administrativa e histórica de uma instituição. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15508/11587>>. Acesso em: 22 nov. 2016
- E-ARQ. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-ctde/3-3-modelo-de-requisitos-para-sistemas-informatizados-de-gestao-arquivistica-de-documentos-e-arq-brasil.html>>. Acesso em: 08 mar. 2016
- KARAWAJCZYK, M. de L., TELLES, T., TELMO, C e B. Memória organizacional: construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2014/2014_EnEO60.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza